

Morando só: um perfil desta população em Santa Catarina segundo o Censo Demográfico 2010.

Diego Fabricio Damiani

Trabalho de Conclusão de Curso, do
Curso de Ciências Sociais, do Centro
de Filosofia e Humanas (CFH) da
Universidade Federal de Santa
Catarina (UFSC).
Orientador: Erni Seibel

Ora disse o Senhor a Abrão: Sai da tua terra, da tua parentela e da casa de teu pai, e vai para a terra que te mostrarei.

GÊNESIS XII

De entre as mudanças que estão por acontecer em todo o mundo, nenhuma são mais importantes do que as que afetam a nossa vida pessoal: sexualidade, relações, casamentos e família. Estamos no meio de uma revolução acerca da forma como pensamos de nós próprios e sobre a maneira como estabelecemos laços e ligações com os outros. É uma revolução que avança a velocidade desigual, conforme as regiões e as culturas, enfrentando muitas resistências.

ANTHONY GIDDENS. O MUNDO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO.

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder (...) autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que sabemos (...) A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais (...) ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança (...) Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar”.

MARSHALL BERMAN. TUDO QUE É SÓLIDO SE DESMANCHA NO AR. A AVENTURA DA MODERNIDADE.

Estamos caminhando para um século de solidão? Dificilmente. O morar sozinho provavelmente está aumentando, o fenômeno é muito mais circunscrito do que usualmente concebido.

GORAN THERBORN. SEXO E PODER: A FAMÍLIA NO MUNDO 1900 – 2000.

Conteúdo

Resumo	4
Uma abordagem sobre a família	5
Pano de fundo para o objeto principal de pesquisa	5
Família: Uma instituição social	5
A Família: alguns conceitos.....	7
Mudanças nas famílias	9
Notas técnicas sobre o conceito de unidades unipessoais para o IBGE	17
Domicílios Unipessoais/Pessoa “sozinha”.....	19
Causas	26
Sexo	31
Sexo e Idade	35
Situação do Domicílio	50
Renda.....	56
Conclusão.....	61

Resumo

No Estado de Santa Catarina, através dos Censos Demográficos, vem sendo detectado um aumento das unidades domésticas unipessoais (domicílios compostos por um morador). Este fenômeno, captado pelas pesquisas domiciliares não somente no Brasil, mas também em outros países da Europa, tem origens diversas e proporciona abordagens também diversas e complementares (estatísticas, sociológicas, antropológicas e demográficas, por exemplo). O presente trabalho de conclusão de curso visa o estudo desta espécie de unidade doméstica em Santa Catarina. Para tal, resolvemos elaborar um perfil da população que constitui estes domicílios através dos quesitos sexo, idade, renda e sua distribuição na área urbana e rural; e também sua evolução, estabelecendo comparações com anos anteriores (1991 a 2010).

A relevância deste trabalho está na elaboração do padrão evolutivo destas unidades domésticas ao longo de alguns anos (1991, 2000 e 2010) e do perfil da população que as compõem, além de investigar as causas deste fenômeno em Santa Catarina.

Uma abordagem sobre a família.

Por tratar este trabalho das unidades domésticas unipessoais, ou como mais usualmente tratadas pelos pesquisadores do tema, dos arranjos unipessoais ou famílias unipessoais, a família será o que chamo de “pano de fundo” para este trabalho. Não há como tratar as pessoas que moram sozinhas sem abordar minimamente sobre as transformações familiares e outras informações que passam pelo tema família. Deste modo, faremos algumas abordagens sobre a família, mesmo não sendo objeto principal da pesquisa, para posteriormente elaborarmos um perfil destas unidades domésticas unipessoais em Santa Catarina.

Família: Uma instituição social

Nas leituras sobre o tema família nas Ciências Sociais, não será incomum encontrá-la referenciada como sendo uma instituição social; vejamos alguns exemplos: a família é “normalmente o primeiro grupo social a que pertencemos, **e entre todas as instituições sociais** é aquela com a qual mantemos contatos mais íntimos”. (**grifo meu**. Torre, 1984, página 188).

Segundo Fukui (1998), a família pode ser abordada segundo três ângulos complementares:

- a) Condições de Vida (Se ocupa primordialmente das condições materiais, isto é da manutenção da vida, tais como: vestir, comer, abrigar);
- b) **Instituição** (Pode ser entendida como um conjunto de normas e regras, historicamente constituídas, que regem as relações de sangue, adoção, aliança, definindo a filiação, os limites do parentesco, da herança e do casamento) e
- c) Valor (Pode ser entendida como um conjunto de valores definidos como ideologia, estereótipos, imagens e representações sobre o que ela “é” e “deve ser”. (**grifo meu**. Fukui apud Mattosinhos, 2006, página 14)

São apenas dois exemplos de tantos outros que você encontrará quando pesquisar sobre o tema Família.

Mas o que são instituições? Para Torre (1984), instituições sociais são “costumes duradouros e organizados que se impõe coercitivamente aos indivíduos.” (página 183). Nascemos em uma família, ingressamos em uma escola, pertencemos a uma igreja, casamos e quando morremos, somos sepultados em um cemitério. Família, escola, igreja, casamento, sepultamento, cemitério: tudo isso é instituição social. Ao longo do nosso ciclo de vida somos absorvidos e temos nossos comportamentos norteados por estas instituições; deste modo, as instituições acabam servindo também como meios de controle e regulação social. (Della Torre, 1984).

O sociólogo Goran Therborn (2006), adota instituição como “um conjunto de normas definindo direitos e obrigações dos membros¹ e limites entre eles e os não-membros” (página 12).

Para Therborn:

Como instituições, os sistemas familiares podem ser considerados sistemas em equilíbrio, em que as definições sociais correspondem às visões sociais, direitos e vantagens correspondem a poderes e a desvantagens e obrigações correspondem à dependência e a falta de recursos. (grifo meu, página 434).

De acordo com Therborn, percebemos que há na família, assim como em outras instituições sociais (escola, igreja ou no Estado) relações de poder: “as relações de poder estão inscritas nos direitos e obrigações dos membros da família”. (Therborn, página 12).

As instituições sociais possuem uma função, como a de controlar o comportamento dos indivíduos nos grupos e na sociedade, por exemplo, e uma estrutura, que também pode ser vista como os meios para realizar o fim da instituição. (Torre, 1984)

¹ Para Alain Coulon (1995), tornar-se um membro significa filiar-se a um grupo, a **uma instituição**. Um membro não é apenas uma pessoa que respira e pensa. É uma pessoa dotada de um conjunto de modos de agir que a fazem capaz de inventar dispositivos de adaptação para dar sentido ao mundo que a cerca. É alguém que exhibe a competência social que o agrega a esse grupo lhe permitindo fazer-se. (**grifo meu**)

Resumindo as inúmeras funções preenchidas pela família, Torre (1984) destaca ou considera quatro básicas: a sexual, reprodutiva, econômica e educacional.

Pelas funções que desempenha

A família é considerada instituição fundamental da sociedade. Não se trata apenas de um grupo biológico: também é regida por normas, costumes e sanções que regulamentam sua constituição, sobrevivência e dissolução. (Torre, página 188)

Ao encontro de Torre (1984), Therborn (2006) informa que: “a família está suspensa entre o sexo e o poder, como forças biológica e social.” (página 12).

O sociólogo Nildo Viana (2006) enfatiza uma das funções da família: o seu papel de socialização.

A socialização é um processo no qual, por um lado, o indivíduo se torna um ser social e, por outro, se torna um indivíduo integrado em determinadas relações sociais. (...) A família assume papel fundamental no processo de socialização. (...) A família socializa a criança repassando sua cultura, seus valores, suas condições sociais de existência. (páginas 108 e 109)

De fato, a relação entre indivíduo e sociedade é uma das grandes questões sociológicas, senão a primeira; e o processo histórico de um indivíduo é um processo social e a família tem um papel-chave nessa socialização e na institucionalização dos filhos, constituindo, conforme apontou Viana, o canal pelo qual uma criança, por exemplo, absorve os valores e as normas da sociedade.

A Família: alguns conceitos.

Quanto ao conceito de Família, afirma Simionato e Oliveira (2003) que “pode ser considerado até certo ponto subjetivo, pois depende de quem a define, do contexto social, político e familiar em que está inserido.” (página 57).

Para Minuchin (1992) qualquer estudo da família deve incluir a sua complementariedade com a sociedade; as funções familiares também se modificam à medida que a sociedade muda; assim como “a família mudará à medida que a sociedade muda.” (página 55).

Bruschini (1988), em ampla revisão bibliográfica sobre o tema família, nos apresenta algumas conceituações segundo disciplinas e abordagens teóricas diversas.

A autora informa que na literatura sociológica, por exemplo:

A reflexão sobre família predominou na literatura funcionalista, que dominou o pensamento norte-americano a partir da década de 50. Segundo essa corrente, cujo maior expoente foi Talcott Parsons, a família é, sobretudo, uma agência socializadora, cujas funções concentram-se na formação da personalidade dos indivíduos. Tendo perdido, ao longo da história, as funções de unidade de produção econômica e de participação política, a família teria as funções básicas e irredutíveis de socialização primária das crianças e de estabilização das personalidades adultas da população. (página 2)

A escola de Frankfurt também considera a família como agência socializadora e formadora da personalidade dos indivíduos, contudo:

Desenvolve uma linha de reflexão oposta a do funcionalismo. Critica o papel conservador desse grupo social e o elemento de dominação nele presente, cujo mecanismo central esmagador da liberdade é a autoridade do pai sobre o filho. (Bruschini, página 3)

Sob a ótica da Assistência Social, a família é compreendida como um espaço contraditório, marcado por tensões, conflitos, desigualdades e violência. (MDS, 2009). O conceito de família adotado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é de que ela constitui-se em importante referência para instituição de vínculos e de participação social, devendo assim ser apoiada e protegida. A escolha pela “matricialidade sociofamiliar”, ou seja, a centralidade na família para todas as ações e serviços da política de assistência social do Governo, ocorre porque a sobrevivência e reprodução social da família, que tem laços de solidariedade e afetivos, pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica. (MDS, 2009)

Ainda tendo como referência Bruschini (1989), autora informa que o estudo da família na Antropologia é rica em dados que contestam a aparente “naturalidade” da família:

A antropologia mostra-nos que as relações muitas vezes coincidentes que conhecemos atualmente entre grupo conjugal, rede de parentesco, unidade doméstica/residencial podem se apresentar

como instituições bastante diferenciadas em outras sociedades ou em diferentes momentos históricos. (página 4)

De fato, destaca-se que a antropologia teceu uma tradição que desmonta muitas de nossas percepções sobre os sexos. A abordagem antropológica sugere uma nova interpretação a partir de trabalhos que estudaram a fundo outras sociedades.

Por fim, para os estudos demográficos, Bruschini (1989), aponta que o interesse pelo tema família concretiza-se “a partir da revisão crítica das pesquisas de fecundidade, em fins da década de 60 e início de 70, quando a unidade familiar passa a ser percebida como o cenário onde são tomadas as decisões sobre o comportamento reprodutivo.” (página 08). O crescente uso da família como unidade de análise pelos demógrafos está associado à perspectiva de reprodução da população como algo condicionado ou mesmo como algo que é decidido no interior desta unidade. “Enquanto a família for o principal regulador, todas as mudanças importantes de fecundidade devem ocorrer através do sistema familiar”. (Therborn, página 290). Surge a demografia da família, definida como o estudo dos determinantes de tamanho e composição das famílias. (Altmann, 1984)

Na seqüência, o trabalho visa apresentar algumas mudanças nos arranjos familiares.

Mudanças nas famílias

“A família pode ser tão útil e problemática, como meio para entender a estrutura social, quanto o conceito rival de “classe”. (página 195)

No cenário das transformações pelas quais vem passando a sociedade brasileira, nos últimos 40 anos, por exemplo, a família desponta como campo privilegiado de mudanças.

Para os autores Ribeiro e Sabóia (2008); Lima, (2006); Soares (2008); Cioffi (1998); Mattosinhos (2006) e Nascimento (2006), mudanças socioeconômicas, culturais e demográficas repercutiram:

- ✓ na forma como os domicílios tem se estruturado; e
- ✓ na definição dos papéis de homens e mulheres dentro e fora do espaço doméstico, alterando assim, os padrões de relacionamento entre seus membros.

O lento declínio no tradicional (e ainda dominante) arranjo familiar casal com filhos e o incremento de outros arranjos como os monoparentais (mulher ou homem sem cônjuge com filho), casais do mesmo sexo, casais sem filho, entre outros, são elementos que bem indicam transformações importantes na família do ponto de vista demográfico, sociológico e antropológico, por exemplo.

Na mesma linha, Nascimento (2006) afirma que a população e a família brasileira tem passado por muitas transformações, acompanhando acontecimentos históricos, sociais, econômicos e demográficos ocorridos ao longo do último século:

Mais precisamente, nas últimas décadas, diversas mudanças foram observadas nas condições de reprodução da população; na diminuição da fecundidade e mortalidade; no aumento da esperança de vida ao nascer, proporcionado por melhores condições de vida e saúde; nos padrões de relacionamento entre os membros da família; no papel da mulher dentro e fora do espaço doméstico; no aumento de uniões consensuais; etc. (NASCIMENTO, página 1)

Segundo Lesthaeghe (1995), estão em curso três revoluções que afetam, profundamente, as estruturas familiares e, conseqüentemente, a social:

- ✓ revolução contraceptiva: dissociação da sexualidade da reprodução;
- ✓ revolução sexual, principalmente, para as mulheres: separação entre sexualidade e casamento; e
- ✓ revolução no papel social da mulher e nas relações de gêneros tradicionais: homem provedor versus mulher cuidadora. (Lesthaeghe apud Alves)

Estas revoluções estão em curso em todo o mundo e no Brasil também, segundo o autor. De acordo com Giddens (1991), as transformações na família estão associadas às constantes e aceleradas mudanças que ocorrem simultaneamente em todo o globo terrestre, graças ao avanço do conhecimento

científico e tecnológico. Para Giddens, o ritmo acelerado da mudança é uma peculiaridade desse momento histórico, a ponto de que mesmo as sociedades que desejam preservar suas culturas, mantendo-se com modos de vida tradicionais, são invadidas pela modernidade.

Segundo nos informam Viana (2006); Giddens (2002) e Lima (2006), estas mudanças nas famílias ocorrem porque a família não é uma entidade isolada da sociedade; suas estruturas modificam-se por ser um espaço aberto onde pessoas entram e saem de acordo como seus projetos de vida e com isso alteram e resignificam o espaço doméstico: é uma dinâmica viva. A família é também constituída socialmente e suas características são derivadas da formação dos indivíduos que a compõem: “a família é um sistema aberto em transformação, constantemente recebe e envia informações e se adapta às diferentes exigências dos estágios de desenvolvimento que enfrenta.” (MINUCHIN, página 56).

As instituições sociais não são entidades independentes, são inter-relacionadas; a família sofre influência e por sua vez influencia outras instituições, pois as circunstâncias sociais não são separadas da vida pessoal, ao enfrentar problemas pessoais, os indivíduos ativamente ajudam a reconstruir o universo da atividade social à sua volta. (Giddens, 2002; Torre, 1984).

Segundo Giddens (2000) e Caetano (2011), as novas formas de laços de família devem ser desenvolvidas mediante o exercício da reflexividade², os sujeitos elaboram projetos e definem estratégias, assim, os poderes emergentes das pessoas, por sua vez, têm também eficácia causal sobre as estruturas. O individualismo e a reflexividade social - fatores que contribuíram para a destradicionalização nas sociedades contemporâneas - são vividos na esfera da família de forma intensa e inédita. Mediante o exercício da

² Para Caetano (2011) o conceito de reflexividade é entendido “como uma propriedade emergente das pessoas que permite aos indivíduos pensarem conscientemente sobre si mesmos, tendo por referência as suas circunstâncias sociais. É um processo mental, privado, subjetivo, sob a forma de diálogo, que pressupõe sempre a relação com o lugar que os indivíduos ocupam no espaço social e nos contextos por onde se movem. O seu exercício conduz a autoconhecimento, mas fomenta também, indissociavelmente, a compreensão da realidade exterior. Os processos reflexivos não esgotam as dinâmicas da vida interior e não se esgotam na interioridade das mentes individuais.” (página 157-158)

reflexividade, os sujeitos elaboram projetos e definem estratégias com base nas circunstâncias sociais em que estão inseridos e nos recursos a que têm acesso. (Medeiros, 2002; Gomes, 2003). Segundo Beck, Giddens, Lash (1997), “a individualização e a globalização são, na verdade, dois lados do mesmo processo de modernização reflexiva.” (página 26).

O processo de formação dos novos arranjos se dá tanto em aspectos econômicos, com a maior participação de esposas e filhos na geração de renda familiar, como em aspectos sócio-culturais, com a redefinição nos padrões de hierarquia e sociabilidade entre seus membros. (CIOFFI, página 1043)

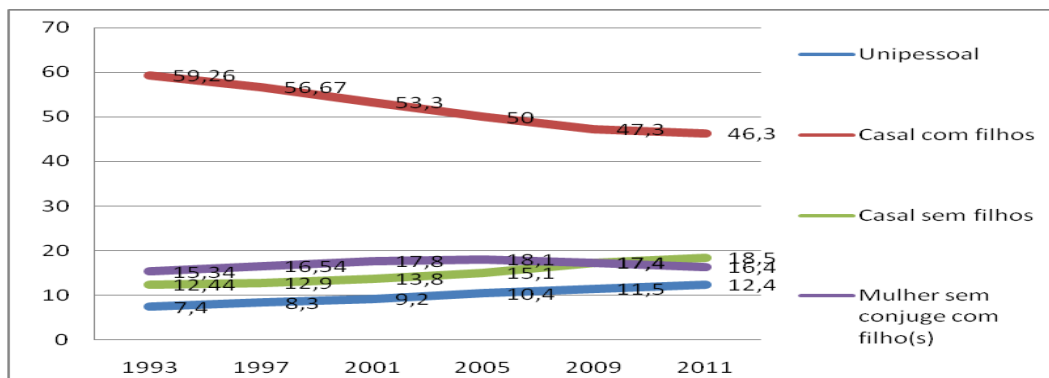
Quanto ao processo de transformação e formação de novos arranjos devido aos aspectos econômicos, por exemplo, Oliveira (1985), em estudo sobre os efeitos da recessão econômica sobre o tamanho e a composição da força de trabalho familiar no meio urbano, mostrou que a situação econômica do Brasil foi um agente transformador das famílias na década de 70, pois neste período, a participação feminina na força de trabalho dobrou, verificando também, já naquela década, mudanças nos valores e padrões de comportamento absorvidos pelas famílias médias urbanas como a redução dos níveis de fecundidade, enfraquecimento do matrimônio e crescente chefia familiar. “Existe forte correlação entre a entrada crescente das mulheres no mercado de trabalho e as mudanças de comportamento a respeito dos papéis socialmente preestabelecidos dos indivíduos no domicílio e na família.” (FERNANDES e MENDONÇA, 2004, página 02)

Cioffi (1998), em estudo sobre os arranjos familiares e condições de vida das famílias que vivem nas metrópoles, afirmou que o arranjo tradicional – casal com filhos³ – ainda que dominante, apresenta tendências a diminuir seu

³Vale destacar um fenômeno que vem ocorrendo neste tipo de arranjo: o aumento expressivo da responsabilidade feminina neste tipo de arranjo. Este arranjo se caracteriza pela predominância de responsáveis homens. Esta indicação da responsabilidade pelo domicílio é realizada pelos membros da família no momento da pesquisa ao entrevistador, contudo, é preciso ressaltar certas limitações que devem ser levadas em conta, dado que o termo “pessoa responsável” pode ser empregado para expressar diversas situações, tais como: o principal provedor, a pessoa que toma as decisões mais importantes, a pessoa mais idosa, entre outras, ou seja, são vários fatores que podem levar as pessoas da família a indicarem o homem ou a mulher como responsável pela família no momento da entrevista, mas queremos chamar atenção que esta indicação em favor da mulher está aumentando.

peso relativo na população e as famílias monoparentais tendem a adquirir maior significância numérica. (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Percentual dos tipos de Família 1993/2011 no Brasil.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1993-2011. Autor: Diego Fabricio Damiani.

Observamos no gráfico acima um declínio do arranjo tipo “casal com filhos” no período analisado e um aumento dos arranjos “unipessoais” e “casal sem filhos”. Vale lembrar também que mulheres responsáveis pela família que criam o filho sozinha, as monoparentais, ou popularmente chamada de “mãe solteira com filho”, são cada vez mais comuns.

Vimos acima que predominância do arranjo familiar casal com filhos vem decrescendo ao longo do tempo e cedendo espaço a outros tipos de formas de organização familiar como as unipessoais, por exemplo. Beck (1986) e sua tese da “sociedade de risco” e a da correlata “modernidade reflexiva” (adotadas depois por Anthony Giddens e Scott Lash) aponta que:

As oportunidades, ameaças e ambivalências de nossa biografia, que anteriormente era possível superar em um grupo familiar, na comunidade da aldeia ou se recorrendo a uma classe ou grupo social, devem ser cada vez mais percebidas, interpretadas e resolvidas pelos próprios indivíduos. Certamente, ainda podem ser encontradas famílias, mas a família nuclear está se tornando uma instituição cada vez mais rara. (BECK, GIDDENS, LASH, 1997, página 18).

Quanto ao arranjo casal sem filhos, a socióloga Lucila Scavone, afirma que alguns fatos demonstram que ainda existe, na sociedade em geral, um interesse e um desejo forte por ter filhos; porém, o processo tem se dado tardiamente e os casais modernos procuram ter um ou dois filhos, diferente da geração de mães na década de 40, 50 (nossos avôs) que tinham mais de

quatro ou cinco no geral. Para a socióloga, vivemos em uma sociedade com uma infinidade de tendências e uma multiplicidade de escolhas, entre elas, ter ou não filhos: “por tempos, o fato de uma mulher não ter filhos, em geral estava ligado a problemas de saúde, dificilmente estando relacionado com uma opção”, afirma Scavone.

Para Therborn (2006), um dos fatores que acabaram contribuindo para as mudanças nas famílias, além das quedas na taxa de fecundidade, foi o enfraquecimento gradativo do patriarcado a nível mundial: “o patriarcado, o direito do pai, foi o grande perdedor do século XX. Provavelmente, nenhuma outra instituição social viu-se forçada a se retrair tanto.” (página 113). O autor nos informa que o desmonte do patriarcado e a concessão de importantes direitos às esposas começaram na Escandinávia nos anos 1910:

Os reformadores escandinavos do início do século XX – dos direitos das crianças, dos direitos à igualdade entre marido e mulher e ao divórcio sem alegação de culpa – não acreditavam que estivessem mudando o mundo. Antes, viam-se a si mesmos como promotores de uma adaptação iluminista aos novos tempos. (página 439)

Porém, lembra o autor, isto é um fenômeno que ainda não atingiu todas as sociedades e a Indonésia, por exemplo, mantém explícita a chefia masculina da família. Nascimento (2006) nos informa que em fins do século XIX, o modelo patriarcal das classes média e alta, existente no Brasil desde o período colonial, iniciava lentamente o seu declínio.

Para finalizar esta parte dedicada às mudanças nas famílias, vale destacar a participação das mulheres nestas transformações. Conforme Nascimento (2006):

Cada mudança tem a sua parte na responsabilidade do formato das famílias na virada do século XXI, porém um aspecto é inegável: as mulheres foram as principais protagonistas das mudanças ocorridas na família nas últimas décadas do século XX. (NASCIMENTO, 2006, página 13)

Essa inserção reflete o fortalecimento dos movimentos organizados de mulheres pela defesa de iguais direitos na sociedade, que resultou fortemente na década de 70 e continuam resultando em mudanças de comportamento a respeito dos papéis socialmente preestabelecidos dos indivíduos no domicílio e

na família. Esta participação vem num contexto de conquistas femininas. (Fernandes e Mendonça, 2004)

Segundo Lima (2006):

Foi na modernidade que os indivíduos ganharam, além de rosto e forma (a identificação da pessoa deixa de ser apenas pelo nome do pai que ela carrega), direitos. O que proporcionou principalmente, às mulheres, o reconhecimento da condição de sujeitos, levando-as à conquista de uma maior autonomia e independência, tanto no espaço privado como no público - as mulheres passaram a ter a possibilidade de escolher e gerenciar seu destino, decidindo inclusive sobre a permanência no casamento ou não, além da opção pela carreira profissional (página 23)

Garcia, Rodarte e Costa (2004), em estudo sobre a emancipação feminina e novos arranjos familiares entre as décadas de 1990 e 2000 no Brasil, afirmam que a inserção da mulher no mercado de trabalho é o elemento chave para compreensão das mudanças nas famílias. Segundo os autores, esta inserção representa mudanças no tamanho das famílias, na hierarquia interna e na formação e desintegração de laços familiares. A posição, principalmente da mulher, alterou-se profundamente nas últimas décadas; e isto acaba influenciando na mudança de atitude dos homens também.

Contudo, podemos fazer outra análise que nos dá conta de que, apesar de a mulher brasileira estar assumindo o papel de provedora e conseguindo maior autonomia e “empoderamento”, ela continua sendo a principal responsável pelo cuidado doméstico, principalmente nas camadas de renda média e baixas. Segundo a PNAD (2011), a proporção de mulheres ocupadas que se dedicavam a afazeres domésticos em 2011 foi de 89,0% e a de homens, 46,8%. Ela, hoje, está assumindo novos papéis sociais, como o de provedora, dada a sua participação no mercado de trabalho, mas ainda mantém os papéis tradicionais, como o de responsável pelas tarefas domésticas e cuidados com os membros dependentes.

Sintetizando, a família brasileira está mudando e a mulher é uma das grandes responsáveis por isso.

As transformações vividas pelas famílias, em termos de estrutura, função social e significado são de importância fundamental para as políticas públicas.

A compreensão da forma como se organizam e atuam os núcleos familiares é fundamental para se estudar as condições de vida da população e analisar diferentes aspectos da vida social, tais como o comportamento demográfico, a participação no mercado de trabalho, a distribuição de renda, os padrões de consumo e de gastos, a mobilidade social, entre outros temas relevantes. (IBGE, 2012, Souza, 2000)

As famílias ocupam um espaço crescente nos debates sobre políticas sociais na América Latina. A consideração da família nas políticas sociais é fundamental no contexto de reformas que vem sendo observado pela maioria dos países da América Latina. No início da década de 90 a maior parte dos países da região criou fundos de investimento social e iniciou programas de caráter setorial, de geração de emprego, de apoio à gestão produtiva e de estímulo à organização social dos distintos setores da sociedade e programas emergenciais de assistência social. No Brasil, um dos maiores programas de transferência de renda do mundo, o Bolsa Família, (MDS, 2009) tem sua matriz de atuação nesta instituição; a referência à família nas políticas sociais é fortemente associada à saúde reprodutiva e às desigualdades entre os sexos. (Souza, 2000, MDS, 2009)

Por fim, conforme Souza (2000): “as políticas sociais podem afetar e ter seus objetivos afetados pelas diferentes formas de organização familiar”. (página 02). Por isto a importância do estudo das configurações familiares.

De fato, a família mudou; e embora algumas instituições tenham surgido para preencher necessidades, com o tempo, algumas podem tornar-se inúteis e tendem a desaparecer, pois, segundo alguns autores citados, as instituições também se modificam influenciadas pelas mudanças sociais.

Giddens (2000), afirmou que o casamento e a família transformaram-se em instituições encrustadas; “continuam a ser designadas pelo mesmo nome, mas por dentro seus fundamentos alteraram-se”. (página 62). Ainda na mesma linha, Ulrich Beck falou em “categorias e instituições zumbis”; são aquelas que estão “mortas e ainda vivas”; são conceitos que continuamos a utilizar,

tradicionais, mas que não são mais suficientes para atender ou auxiliar na sua compreensão. Nas palavras do próprio Beck, “categorias zumbis são categorias mortas-vivas que nos assombram a mente e determinam a nossa visão de realidade que desaparece cada vez mais”. (Beck, 2003, página 14).

Pergunte-se o que é realmente uma família hoje em dia? O que significa? É claro que há crianças, meus filhos, nossos filhos. Mas, mesmo a paternidade e a maternidade, o núcleo da vida familiar, estão começando a se desintegrar no divórcio... Avós e avôs são incluídos e excluídos sem meios de participar nas decisões de seus filhos e filhas. Do ponto de vista de seus netos, o significado das avós e dos avôs tem que ser determinado por decisões e escolhas individuais. (Beck apud Bauman, 2001)

Ianni (1996), a este respeito também escreveu que:

Há noções que sofrem uma espécie de obsolescência, em certos casos, parcial, em outros total. O Estado-nação, por exemplo, entra em declínio, como realidade e conceito. Não se trata de dizer que deixará de existir, mas que está realmente em declínio, passa por uma fase crítica, busca reformular-se (página 196)

Segundo Lima (2006) e Goulart (1996), a constatação de que a realidade não espelhava o modelo de família apregoadado pelo funcionalismo, gerou muita polêmica e “desesperos” por parte dos profissionais, políticos, governantes, enfim dos que atuavam e pensavam o sistema social. Neste “clima”, evidenciaram-se as linhas de pensamento que defendiam a falência da família e a sua extinção e, outras que acentuavam a vitalidade da família, ressaltando que estas são importantes não só para a reprodução social, mas também na produção de bens e no seu consumo.

Notas técnicas sobre o conceito de unidades unipessoais para o IBGE

Para o Censo demográfico de 2010 o Instituto inovou com relação ao tratamento conceitual das pessoas que residiam só. No Censo demográfico anterior, de 2000, esta composição era tratada como família, conforme observamos nas notas técnicas da publicação **Famílias e Domicílios: resultados da amostra (2000)**:

Nos domicílios particulares, considerou-se como família:

- **a pessoa que morava sozinha;**
- o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica e;
- as pessoas ligadas por normas de convivência. (**grifo meu**, página 38)

Na continuação das notas técnicas, como tipos de composição familiar, a pessoa sozinha é tratada como “família constituída por uma única pessoa.” (página 39). Conforme nos informa Alves (2005), nota-se que o IBGE trata a pessoa morando sozinha como família unipessoal (enquanto outros países tratam a pessoa sozinha como “não-família”). De fato, em muitos textos os pesquisadores mencionam os domicílios compostos por uma pessoa como arranjos unipessoais ou famílias unipessoais.

Para o censo de 2010 adotou-se o conceito de unidade doméstica, conceito recomendado pela ONU para as pesquisas domiciliares em geral:

O conceito de unidade doméstica é baseado em arranjos feitos pela pessoa, individualmente ou em grupos, para garantir para elas mesmas alimentação e outros bens essenciais para sua existência. Uma unidade doméstica pode ser classificada como:

a) unidade doméstica de uma pessoa, (one person household) definida como um arranjo no qual uma pessoa se encarrega da provisão da própria alimentação ou de outras necessidades da subsistência sem se associar a qualquer outra pessoa para formar parte de uma unidade doméstica. (RIBEIRO e SABOIA, 2008, página 11)

Vejamos as notas técnicas do Censo demográfico 2010 da publicação **Resultados da amostra: famílias e domicílios**, a nova definição da população dos unipessoais:

Unidade doméstica:

Considerou-se como unidade doméstica no domicílio particular:

- a pessoa que morava sozinha; ou
- o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência.

Família:

Considerou-se como família o conjunto pessoas ligadas por laços de parentesco na unidade doméstica. (página 35)

A unidade doméstica, quanto ao tipo, foi classificada como:

- **Unipessoal** - quando constituída somente por pessoa responsável pelo domicílio;
- **Duas pessoas ou mais sem parentesco** - quando constituída somente por pessoa responsável pelo domicílio com pelo menos uma pessoa na condição de convivente ou agregado (a) e que não possuía família segunda, terceira etc. ; ou
- **Duas pessoas ou mais com parentesco** - quando constituída somente por pessoa responsável pelo domicílio com pelo menos uma pessoa na condição de parente (cônjuge ou companheiro (a), filho (a) ou enteado (a), pai, mãe, padrasto, madrasta, sogro (a), neto(a) ou bisneto(a), irmão ou irmã, avô ou avó, ou outro parente); ou por famílias conviventes. (página 37)

Nas palavras do IBGE:

A unidade doméstica é a denominação que se dá ao conjunto de pessoas que vivem em um domicílio particular, cuja constituição se baseia em arranjos feitos pela pessoa, individualmente ou em grupos, para garantir alimentação e outros bens essenciais para sua existência. (IBGE, 2012, página 64)

Domicílios Unipessoais/Pessoa “sozinha”.

Assim, a “Família Colonial Extensa”, transformou-se na “Nuclear”, que diminuiu para a Monoparental, reduzida à Unipessoal. (MEDEIROS, 2002, página 10)

Nas últimas décadas, muitos países têm visto um crescimento no número de unidades domésticas unipessoais. Especialmente na Europa, a taxa de unipessoais vem aumentando rapidamente desde 1970. (IBGE, 2012). Estatísticas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico⁴ - (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD) mostram que na Dinamarca, Finlândia e Alemanha, por exemplo, em 2000, aproximadamente 35% do total de domicílios eram formados por apenas um morador; na Noruega, em 2001, foi registrado quase 38% de domicílios nesta condição: “Single-person households constitute at least 35% of households in Denmark, Finland, Germany, Norway and Switzerland. By

⁴ <http://www.oecd.org/social/familiesandchildren/41919509.pdf>. <Acesso em: Janeiro de 2013.>

contrast, this proportion is less than 20% in Greece, Portugal or Slovenia”. (página 02). “O aumento de divórcios (e de mães solteiras) resulta num aumento na demanda de residências. Em contrapartida, em algumas grandes cidades européias, como Paris e Londres, a maior parte das unidades domésticas são unipessoais.” (WOORTMANN, 2002, página 10).

Para comparação, veremos adiante que em 2010 no Brasil, estas unidades domésticas com um morador representaram 12% do total de domicílios, quase 7 milhões. Pela primeira vez na história, o número de pessoas morando sozinhas ultrapassou o de famílias com 05 integrantes. (IBGE, 2012). Em 2000, as unipessoais formavam um contingente de 4,1 milhões de famílias. Em Santa Catarina esse percentual chegou próximo a 12% e Balneário Camboriú, município com maior percentual de unidades domésticas unipessoais no Estado, chegou quase aos 20% do total de domicílios.

Berquó e Cavenaghi (1988) identificaram que entre 1950 e 1970, as famílias unipessoais no Brasil, representavam praticamente 5% do total de famílias. Goldani (1994) constatou que entre 1980 e 1990 os arranjos de maior crescimento foram os de adultos morando só e de famílias monoparentais. No censo de 1991 foi identificado no Brasil 7% de unidades unipessoais.

Entre as Unidades da Federação, para o ano de 2010, os maiores percentuais foram registrados no Rio de Janeiro (15,6%) e Rio Grande do Sul (15,2%), cujos índices de envelhecimento foram mais elevados; houve uma correlação positiva entre o número de pessoas que residem só com o grande número de idosos nestes Estados. Amazonas (8,0%) e Maranhão (8,1%) tiveram os menores percentuais de unipessoais. (IBGE, 2012).

Segundo o IBGE, conforme podemos observar na tabela 1, existia no Brasil aproximadamente sete milhões de unidades domésticas com apenas um morador. Em Santa Catarina dos mais de um milhão de domicílios, 226.334 mil (11,36%) foram identificados como sendo da espécie Unipessoal. Em um período de 20 anos (1991 a 2010), foi verificado pelo Censo um aumento de aproximadamente 170 mil unidades domésticas unipessoais no Estado. Conforme escreveram Alves e Barros (2008), se morar sozinho fosse

necessariamente sinônimo de solidão poderíamos dizer que o número de solitários está crescendo em Santa Catarina.

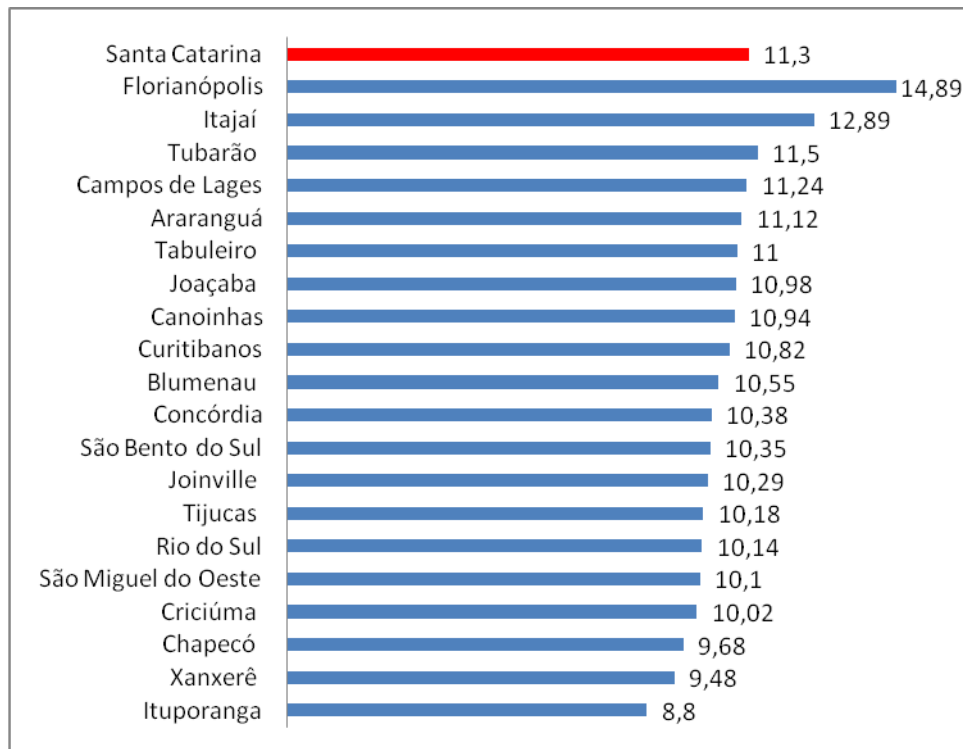
Tabela 1 – Total de Domicílios com um morador 1991/2010 – Brasil e Santa Catarina.

Brasil e Unidade da Federação	Domicílios (Unidades)			Domicílios (Percentual)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Brasil	2.444.976	4.085.568	6.980.378	7,0	9,1	12,1
Santa Catarina	55.503	116.992	226.334	4,9	7,8	11,3

Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Autor: Diego Fabricio Damiani.

Verificando a situação das unipessoais por microrregiões geográficas de Santa Catarina, o maior percentual foi encontrado na microrregião de Florianópolis (15%), portanto, acima da média do Estado (11,3%). No outro extremo, a microrregião de Ituporanga com 8,80%, apresentou o menor percentual destas unidades domésticas.

Gráfico 1 – Percentual de Unidades domésticas Unipessoais por microrregião em Santa Catarina 2010 –



Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2010. Autor: Diego Fabricio Damiani

Veremos posteriormente que a maioria das unipessoais em Santa Catarina era constituída por mulheres, assim como, quando se analisa o perfil destas unidades domésticas por grupos de idade, sexo e localização, por exemplo, novas e diferentes informações surgem e que a composição das unidades domésticas unipessoais é diversificada, podendo ser formada por jovens que deixaram a casa dos pais para mais tarde formar uma família com um cônjuge; por pessoas que se divorciaram, ou ainda, por pessoas que viveram a maior parte de suas vidas sozinhas; ou seja, morar sozinho tem significados distintos conforme o grupo etário em que se encontra o indivíduo.

Nas palavras da socióloga Luciane Perucchi:

A questão financeira é o ponto central que possibilita para uma pessoa ter essa liberdade de conseguir morar sozinho. O morar sozinho hoje não é muito uma escolha, é mais uma necessidade. Essa lógica de vida, de estar disponível para o trabalho cada vez mais horas cada vez mais tempo, faz com que as pessoas tenham uma vida mais solitária.

Esta análise de Perucchi remete ao livro **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo (2009)**, do sociólogo Richard Sennett. O autor aborda sobre as modificações nas relações de trabalho. Segundo o autor, devido a uma nova ordem capitalista que afeta

os indivíduos, ocasionando uma dinâmica de incertezas, mudanças de emprego e de um sucessivo rompimento de laços em nossa sociedade, uma expectativa de longo prazo aos trabalhadores, que lhes ofereça condições para uma construção linear da vida, já não é tão possível, ao contrário do trabalhador de décadas passadas que possuía uma expectativa de longo prazo. (Sennett, 2009). As modificações nas relações de trabalho não afetam apenas o setor profissional, mas a dinâmica social e familiar; as relações passam a ser muito individualizadas⁵. Em um mundo fragmentado, de relações instáveis, tudo, inclusive o trabalho perde a referência. As relações impessoais de trabalho afetam diretamente as sociais e vice-versa, estabelecendo relações superficiais, descartáveis, cujos laços de lealdade e compromissos são tão frouxos quanto o curto prazo de trabalho:

Pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo [...] Essa ênfase na flexibilidade está mudando o próprio significado do trabalho [...] Talvez o aspecto da flexibilidade que mais confusão causa seja seu impacto sobre o caráter pessoal [...] Como decidimos o que tem valor duradouro em nós numa sociedade impaciente, que se concentra no momento imediato? Como se podem buscar metas de longo prazo numa economia dedicada ao curto prazo? Como se podem manter lealdades e compromissos mútuos em instituições que vivem se desfazendo ou sendo continuamente reprojctadas? Estas as questões sobre o caráter impostas pelo novo capitalismo flexível. (SENNETT, 2009, páginas 09, 10, 11)

Semelhante escreve Bauman (2001, 2007). Em seu livro **Modernidade Líquida** (2001), escolheu “fluidez” como a principal metáfora para o estágio presente da era moderna; o autor associa a modernidade à insegurança e termos como fluidez e liquefação são os que melhor se ajustam ao mundo que vivemos. Os indivíduos e as organizações se tornaram livres de qualquer comprometimento ou desengajadas, por isso, estaríamos num estágio no qual não há mais por que esperar revoluções. As incertezas no mundo de hoje aumentaram, o planejamento e pensamento a longo prazo faliram, e não resta alternativa para indivíduos e organizações senão a definição de interesses a curto prazo. “A vida de trabalho está saturada de incertezas”. (BAUMAN, 2001,

⁵ Esse trabalho não tem como objetivo aprofundar a questão do processo de individualização e sua relação com a família. Apenas, se pretende pontuar que a sua valorização modificou as relações familiares.

página 170) e essas incertezas não são apenas no campo profissional, atingiram também o cotidiano doméstico.

Para Giddens (1991, 2002) as instituições modernas, especialmente a família, foram afetadas diretamente pelo processo de individualização, o qual, entre outras questões, é resultante da desintegração e dissolução das fontes de significados coletivos da sociedade tradicional. Nesse contexto entende-se a individualização como o constante questionamento do indivíduo acerca de sua própria biografia, da relação consigo mesmo e com os outros. A ele é dada a responsabilidade de definir seus próprios projetos, a partir de suas próprias escolhas, de agir como agente individual e planejador de sua biografia (Lima, 2006); é uma “biografia reflexiva”:

Qualquer pessoa num país ocidental que decide se casar hoje em dia, por exemplo, sabe que a taxa de divórcios é alta (e pode também, embora de maneira imperfeita ou parcial, conhecer um pouco mais sobre demografia do casamento e da família). O conhecimento da alta taxa de divórcios pode afetar a própria decisão de se casar, etc. A consciência dos níveis de divórcio, além disso, é normalmente muito mais do que simplesmente a consciência de um fato bruto. Ele é teorizado pelo agente leigo de maneiras impregnadas pelo pensamento sociológico. Desta forma, virtualmente todos que consideram o casamento têm alguma idéia de como as instituições familiares vêm mudando, mudanças na posição social relativa e no poder do homem e da mulher, alterações nos costumes sexuais etc. — tudo isto entrando nos processos de mudança ulterior que reflexivamente informa. O casamento e a família não seriam o que são hoje se não fossem inteiramente "sociologizados" e "psicologizados". (GIDDENS, 1991, página 43).

Um olhar demográfico e menos sociológico (se é completamente possível fazer essa separação) indica que há outros fatores que contribuem para formação dos arranjos unipessoais. Podemos destacar o aumento da esperança de vida - principalmente para as mulheres -, o crescimento das separações conjugais e o intenso processo de urbanização, que proporcionaria alternativas mais propícias a este tipo de arranjo unipessoal. (IBGE, 2000; Sabóia e Cailaux, 2003; Mattosinhos, 2006). Veremos os motivos apontados ou que contribuem para a formação e o aumento destas unidades domésticas mais detalhadamente posteriormente.

Para Cioffi (1998) e Medeiros (2002), o viver sozinho ou ficar solteiro ou solteira por opção, dentro de estilos de vida específicos, também será parte importante da vida urbana que está no horizonte das pessoas ou fará parte do

cotidiano de maior número de pessoas, seguindo o modelo dos países industrializados.

Nas palavras de Pereira (2011), “o individualismo e a individualização, a falta de valores compartilhados e de solidariedade, a insegurança e o risco por toda a parte, o caráter líquido e indefinido das relações sociais são sem dúvida características da modernidade.” (PEREIRA, 2011, página 01). Conforme Pereira (2011), todas as análises da modernidade partem da ruptura com a tradição e a religião. E chegam à mesma conclusão: resultou daí a individualização ou a formação do sujeito e o individualismo. As pessoas se sentiram mais livres para definir sua própria identidade, o que resultou em uma visão mais voltada para o “eu”, do papel de cada indivíduo na sociedade, e, por isso, em uma centralidade do indivíduo na trama da sociedade que não existia nas sociedades antigas. As sociedades modernas, diferentemente das antigas, são sociedades onde existe um afastamento e uma impessoalização muito grandes dos indivíduos em relação às instituições – igreja, Estado, escola e família, são exemplos de instituições sociais. E tornaram-se mais egoístas, viram aumentar sua dificuldade em participar de forma solidária em comunidades. (Pereira, 2011)

Segundo Souza (2000), uma das características da modernização das sociedades e a manifestação em maiores graus de divisão do trabalho e especialização de instituições e indivíduos. A modernização impulsiona mudanças na organização dos sistemas de solidariedade e, dentre elas, o *welfare state* responde por novas formas de solidariedade centralizadas em instituições públicas, enfraquecendo o papel de instituições intermediárias como a família.

Por fim: “a individualização pode ser considerada como um dos aspectos da modernidade que teve maior incidência sobre a família, alterando as suas próprias entranhas.” (LIMA, 2006, página 24).

O crescimento destas unidades domésticas da espécie unipessoal tem algumas conseqüências:

O custo de vida (por pessoa) para unidades domésticas unipessoais é geralmente mais elevado do que para as unidades domésticas

multipessoais. Além disso, uma única pessoa pode ser mais vulnerável, já que não há, em caso de desemprego ou outros problemas, uma retaguarda presente na unidade doméstica. (IBGE, 2012, página 85)

Informa Souza (2000), que as oportunidades de bem-estar variam segundo os tipos e estruturas familiares: “Segundo a Cepal, as famílias com o maior risco de pobreza na América Latina são, em termos gerais, as extensas e as chefiadas por mulheres. As menos vulneráveis são as famílias sem filhos e as unipessoais chefiadas por homens.” (página 06)

Porém, vale lembrar que morar sozinho não quer dizer que a pessoa viva inteiramente só, sem laços de parentesco, ausente de relações amorosas ou sociabilidade; às vezes temos uma concepção equivocada que considera solitária a pessoa que mora sozinha. Por este motivo colocamos o título “sozinha” entre aspas, para chamar atenção para este fato. (IBGE, 2012; Alves, 2008; Guerreiro, 2003):

O termo solidão não é um fenômeno ou uma construção fácil de conceitualizar, ainda que todos intuitivamente saibamos o que é. Não existe uma definição de solidão. A solidão é antes de tudo uma experiência subjetiva. Pode ser vivida como uma experiência negativa, penosa, acompanhada de sentimentos negativos. Corresponde no indivíduo à percepção de déficits da sua rede de relações sociais, embora uma pessoa possa sentir solidão no meio da multidão. (PITAUD apud ALVES e BARROS, 2008)

Feito este breve resumo, veremos na sequência quais são os fatores apontados como responsáveis pelo aumento nas taxas de crescimento destas unidades unipessoais. Porque uma decisão (ou não) tão particular de residir sozinho vem aumentando conforme vem sendo constatado pelos Censos demográficos?

Infelizmente, neste momento, para este trabalho, não foi possível o cruzamento das unidades domésticas unipessoais X nível de instrução e unipessoais x estado civil. Estas informações não estão disponíveis em seu banco de dados SIDRA.

Causas

A incerteza do presente é uma poderosa força individualizadora. Ela divide em vez de unir, e como não há maneira de dizer quem acordará no próximo dia em qual divisão, a idéia de "interesse comum" fica cada vez mais nebulosa e perde todo valor prático. Os

medos, ansiedades e angústias contemporâneos são feitos para serem sofridos em solidão. (BAUMAN, 2001, página 171)

Para Gomes (2003), quando se fala do surgimento e crescimento de novas formas familiares nas “sociedades de modernidade avançada, é usual referir o crescimento das unidades residenciais de pessoas sós, como resultado das mudanças sociais ocorridas na esfera privada.” (página 31). De fato, Oliveira e Simionato (2003), Ribeiro e Sabóia (2008), Lima (2006), entre outros, apontam que a família brasileira, nas últimas décadas do século XX, sofreu fortes influências econômicas, sociais, demográficas e culturais; e estas influências ocasionaram mudanças nas relações no interior das famílias.

Segundo Souza (2000), por exemplo:

Ao trazer assuntos restritos à vida privada para a esfera pública, o *welfare state* afeta as organizações familiares. As mudanças de valores e a redivisão do trabalho social resultantes da modernização, por exemplo, têm impactos sobre as hierarquias familiares. As mudanças na hierarquia, por sua vez, alteram a estrutura organizacional das famílias. (página 03)

“Desregulação, liberalização, flexibilização”, são termos típicos da proposta neoliberal. A perda de capacidades assistenciais da família resulta em novas formas de organização dos indivíduos em unidades de convivência diferentes da família nuclear estável. Quando os indivíduos percebem um declínio da família como instituição social de integração, eles acabam abandonando o domicílio familiar, “associam-se a pessoas que compartilham necessidades semelhantes às suas e se organizam politicamente para manifestar seus interesses diante do restante da sociedade.” (SOUZA, 2000, página 04):

Many of the new groups seem to have grown out of the decline of the family as an integrating social institution. A key aspect of this decline has been a process in which categorically defined financially and/or emotionally burdensome members have been encouraged to leave the household unit and move into living arrangements where they associated with other people categories like themselves. The process, which began with the aged, the sick and the handicapped, has been extended to single parents, gays, the blind, the hearing-impaired, and so on. (PIORE, apud SOUZA, 2000, página 04)

A valorização das identidades pessoais e da autonomia dos indivíduos frente às estruturas sociais é vista por alguns autores como associada à perda de importância das instituições e do que elas tem representado em termos de

coesão para o grupo. Esta possível tendência a residir sozinho, por exemplo, poderia estar correlacionada principalmente às novas opções de vida das pessoas, nas quais os interesses individuais vêm tornando-se prioritários.

“Em síntese, as sociedades modernas, diferentemente das antigas, são sociedades onde existe um afastamento e uma impessoalização muito grandes dos indivíduos em relação às instituições.” (PEREIRA, 2011, página 11)

Aspectos como a postergação da nupcialidade, o aumento das famílias monoparentais, a diminuição da disponibilidade de tempo e o excesso de individualismo, geram mudanças nas relações no interior das famílias, resultando em laços cada vez mais frágeis e menos solidários.
(PNAD, 2008, página 43)

Libertos de obrigações e solidariedades para com a família, os indivíduos fazem escolhas menos condicionadas, optam por novos modos de viver os afetos e estilos de vida, os quais se refletem, nomeadamente, nas formas de residência.

Viver só ou com outras pessoas que não façam parte dos respectivos laços de parentesco torna-se, na perspectiva de autores como Beck (1992), uma modalidade típica de corrente da modernidade, de uma sociedade em que predominam as leis do mercado e os imperativos de mobilidade profissional. A importância atribuída à carreira, a prioridade que a profissão representa, contribuem para pôr de lado o assumir de responsabilidades conjugais e parentais. (GOMES, 2003, página31)

Para Giddens (1994, 2000), o avanço da modernidade traz consigo alterações nas instituições da família e do casamento, ligando-se diretamente à transformação da intimidade no contexto da vida quotidiana. As relações pessoais e íntimas podem adquirir contornos não existentes em quadros institucionais tradicionais, e dão espaço a que tenda a ser cada vez maior o número de pessoas a viverem sozinhas, por exemplo.

As demógrafas Elza Berquó e Suzana Cavenaghi (1988) resumiram em duas palavras as várias situações que levam as pessoas a morar sozinha: oportunidade e fatalidade.

No primeiro caso a oportunidade está vinculada às opções das pessoas em termos de mercado de trabalho, liberdade e mobilidade social; esta situação casa perfeitamente com a definição dos sociólogos Perucchi e

Sennett, citados no início deste capítulo, quando afirmam que a flexibilização imposta pelo mundo do trabalho acaba refletindo na flexibilização de relações fora dele também. Não é incomum encontramos hoje indivíduos, na maior parte jovem, com dois ou três empregos, por exemplo.

No segundo caso, a fatalidade está mais vinculada aos eventos de morte, como a viuvez ou perda de parentes e amigos que residia no mesmo domicílio, por exemplo:

O morar só encerra toda uma gama de situações que vão desde uma opção deliberada de privacidade e prazer até uma contingência dependente de causas externas que afetam a vida dos indivíduos. (...) dependem de processos demográficos psico-sócio-culturais e econômicos. (página 25)

Novamente lembrando que as situações de isolamento residencial não significam ausência de relações amorosas. Exemplo disso nos informa Gomes (2003) sobre alguns trabalhos que tem “recentemente demonstrado a identificação de uma nova forma familiar: a dos casais LAT⁶, que vivem em casas separadas”. (Levin e Trost apud GOMES 2003, página 31).

Conforme informado por Berquó e Cavenaghi (1988); Cioffi (1998); Goldani (1994); Gomes (2003); Mattosinhos (2006) e Alves e Oliveira (2008), o aumento da proporção dos arranjos unipessoais verificado nas pesquisas domiciliares nos últimos anos pode decorrer ainda:

- ✓ do reflexo da queda da fecundidade;
- ✓ da urbanização;
- ✓ do aumento do trabalho feminino;
- ✓ do crescimento do número de separações conjugais;
- ✓ do aumento da longevidade;
- ✓ da redução do tamanho dos domicílios; e
- ✓ do envelhecimento populacional.

6 Em inglês *living apart together*. (página, 31)

Em resumo, o aumento relativo das famílias pequenas é o resultante de dois efeitos distintos: a redução da fecundidade que, ao diminuir a proporção de famílias grandes, acaba por aumentar a importância relativa das famílias pequenas; a mortalidade que ao descender empresta mais tempo de vida aos adultos já entrados em anos que, vivendo como casal ou então sozinhos, contribuem para aumentar a proporção de domicílios com duas ou uma pessoa só. Estas mudanças, juntamente com o aumento das separações e divórcios e o recente crescimento na propensão de adultos jovens não casados de viverem sozinhos, vem contribuindo para o aumento no número de domicílios onde mora pequeno número de pessoas. (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2008, página 156)

Segundo Cioffi (1998), semelhante aos autores citados acima, os fatores que contribuem para explicar o crescimento das unidades domésticas unipessoais, situam-se, entre outros, nos determinantes demográficos:

A queda da nupcialidade, a queda da mortalidade, o diferencial de mortalidade por sexo aumentando a viuvez feminina, o crescimento do número de separações, bem como a queda na frequência de recasamentos de divorciados. (página 1056)

Por fim, segundo nos informa Alves e Oliveira (2008), as pessoas passam a morar sozinha de acordo com os seguintes fatores:

- ✓ A pessoa é solteira e montou uma moradia, mas sem casar e ter filhos;
- ✓ A pessoa casou e teve filho(s), mas o(s) filho(s) saíram de casa e o matrimônio terminou em separação ou divórcio;
- ✓ A viúvez de um dos cônjuges de um casal de “ninho vazio” (filhos fora de casa);
- ✓ A pessoa não deseja morar com um parente ou em domicílio coletivo.

Os dados dos recenseamentos populacionais e também aqueles que dizem respeito às famílias unipessoais não espelham senão realidades momentâneas; é um “retrato” do país, do Estado, do bairro, naquele instante de tempo, ou seja, da data de referência da pesquisa. No caso das unidades domésticas unipessoais, este retrato não dá diretamente conta de processos e trajetórias sociais (Gomes 2003). Requer por isso análise detalhada, na medida em que recobrem situações e percursos familiares e individuais díspares: os

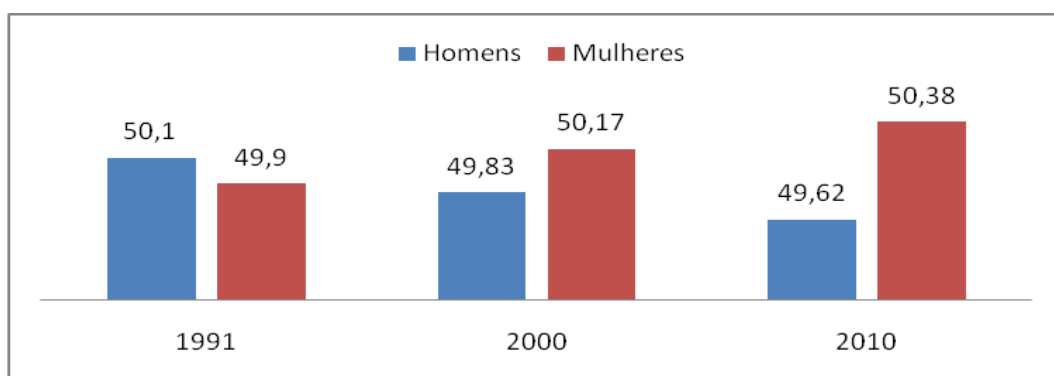
das novas gerações em transição para a vida adulta, que ainda não iniciaram um processo de coabitação, os dos adultos que por opção, ou não, permaneceram sós e que, podendo já ter vivido em casal, passaram por situações de ruptura conjugal, ou os dos idosos que enviuvaram, são alguns exemplos já citados.

Qual é então a este respeito o panorama da sociedade Catarinense? Quem são as pessoas morando sós?

Sexo

Foi verificado no Censo Demográfico 2010 um equilíbrio entre homens e mulheres no Estado, atingindo uma razão de sexo⁷ de 98,5%. No Censo Demográfico 2000, esta razão era de 99,34%, ou seja, de 2000 para 2010 a diferença do número de homens e mulheres aumentou em favor das mulheres. (IBGE, 2010)

Gráfico 3⁸ – População (%) residente por sexo – Santa Catarina 1991/2010⁹.



Fonte: IBGE – Censo demográfico. Autor: Diego Fabricio Damiani.

Em 2010 foi verificado que a maioria das unidades unipessoais em Santa Catarina era composta por mulheres. O censo demográfico 2010 verificou

⁷Razão de sexo é a relação entre homens e mulheres de uma população, expressada pelo quociente (Homens/Mulheres)*100, onde a razão maior (>) que 100 significa um número maior de homens e a razão menor (<) que 100 significa um número maior de mulheres. Admite-se equilíbrio entre 98 e 102. (IBGE, 2012)

⁸<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=202&z=cd&o=21&i=P>>. Acesso em: Jan. 2013

⁹Para o ano de 1991: Dados da Amostra. Para o ano de 2000 e 2010: Dados do Universo

120.224 unidades nesta condição, correspondendo a 6,03% do total dos 11,36% (tabela 2). Esta situação difere daqueles domicílios de responsáveis homens onde o peso relativo dos unipessoais é menor, apenas 5,32%, ou 106.110 unidades.

Tabela 2 – Total de domicílios unipessoais (relativo e absoluto), segundo sexo do responsável – Santa Catarina – 1991/2010¹⁰

Sexo da pessoa responsável	Ano					
	1991		2000		2010	
	Domicílios Unipessoais (Unidades)	Domicílios Unipessoais (Percentual)	Domicílios Unipessoais (Unidades)	Domicílios Unipessoais (Percentual)	Domicílios Unipessoais (Unidades)	Domicílios Unipessoais (Percentual)
Total	53.734	4,44	114.598	7,22	226.334	11,36
Homens	21.406	1,77	51.778	3,26	106.110	5,32
Mulheres	32.328	2,67	62.820	3,96	120.224	6,03

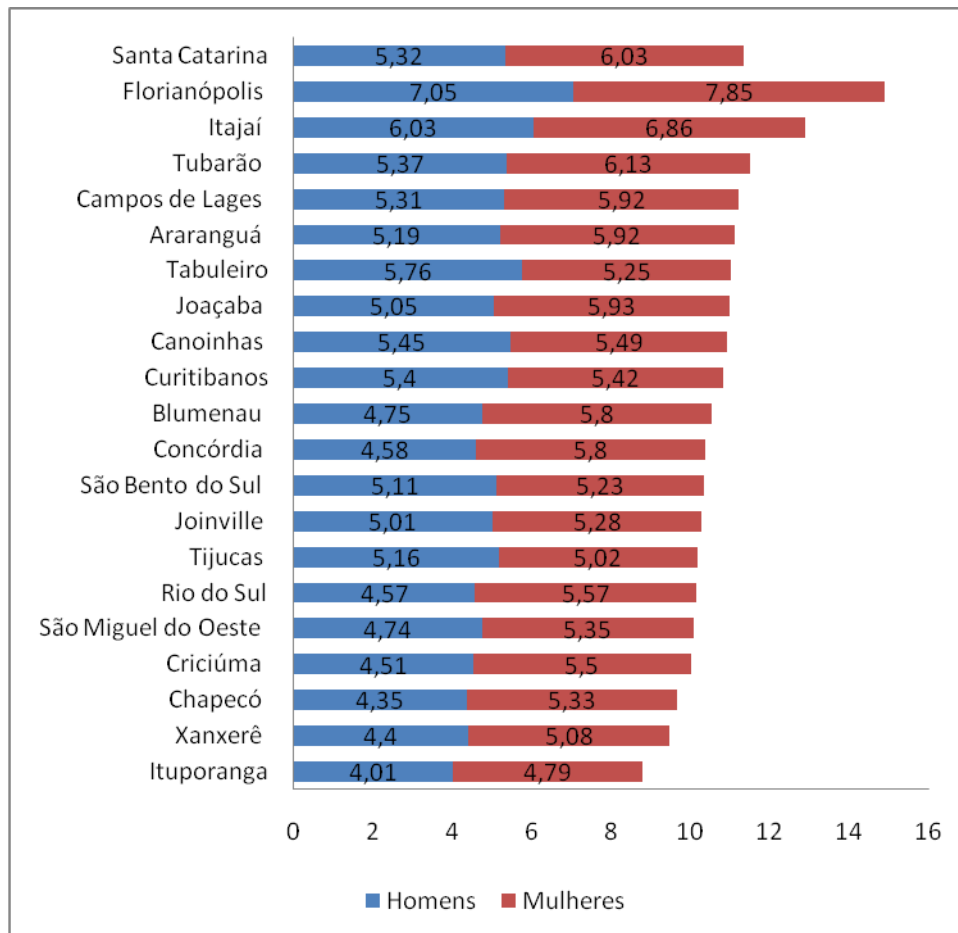
Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010. Autor: Diego Fabrício Damiani.

Na tabela acima verificamos que a variação (para mais) das unidades unipessoais para homens e mulheres foi praticamente equivalente no período analisado: ao redor de 3% para ambos.

Em estudo no final da década de 1980, Berquó e Cavenaghi (1988) encontraram no Brasil mais homens que mulheres vivendo sozinhos. Contudo, pelo menos em Santa Catarina já em 1991, houve a identificação de uma vantagem em favor das mulheres; deste modo, imaginamos uma ligeira tendência de atenuação desta disparidade entre os sexos em favor das mulheres nos próximos anos no Estado.

Gráfico 4 - Proporção de domicílios unipessoais por sexo, segundo as microrregiões de Santa Catarina – 2010.

¹⁰ Para o ano de 1991 e 2000: Dados da Amostra. Para o ano de 2010: Dados do Universo.



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010. Autor: Diego Fabricio Damiani

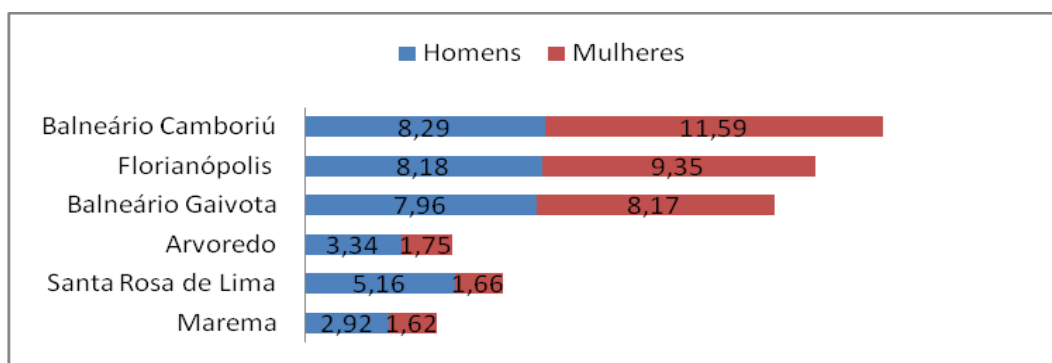
Observando a distribuição por sexo da pessoa responsável pela unidade doméstica, podemos dizer que ela foi equivalente para o Estado e também para suas microrregiões. Percebemos também pelo gráfico que quase todas as microrregiões do Estado possuem na maioria mulheres na responsabilidade das unidades domésticas unipessoais, exclusive a microrregião de Tijucas e Tabuleiro, onde foi identificado um maior percentual de domicílios unipessoais compostos por homens.

Um dos principais motivos apontados pelos autores, conforme já vimos, para estas diferenças e que certamente contribui para estes resultados é a maior esperança de vida feminina. Tal fato é confirmado quando desagregamos os dados por grupos de idade: 2,37% dos domicílios - do total dos 6,03% identificados para as mulheres -, estão sob responsabilidade do grupo daquelas com 65 anos ou mais.

Nas Microrregiões de Florianópolis, Itajaí e Tubarão foram encontradas as maiores proporções de unidades domésticas unipessoais femininas, acima da média do Estado, enquanto na outra ponta, na microrregião de Ituporanga, essa proporção foi de 4,79%. Porém, tal fato pode ser reflexo de vários contextos e não somente a maior esperança de vida, conforme pode nos auxiliar o IBGE:

Tal fato, mais uma vez, reflete vários contextos, como a maior esperança de vida, aspectos culturais, dissolução conjugal, etc.,e, especificamente, em relação às chamadas camadas médias urbanas, que são mais extensas e diversificadas nas regiões mais desenvolvidas, a questão da profissionalização e autonomia das mulheres, sobretudo as mais jovens que buscam um modelo de independência e individualidade. (IBGE 2002, página 14)

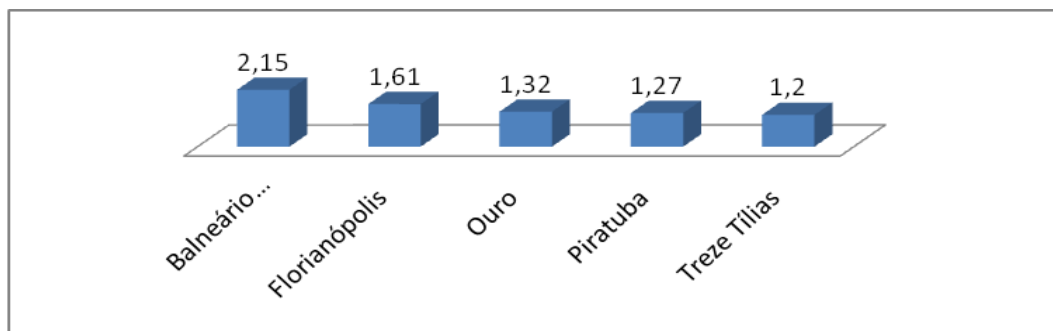
Gráfico 5 – Ranking das três maiores e três menores proporções de domicílios Unipessoais com responsáveis mulheres, por município – Santa Catarina - 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010. Autor Diego Fabricio Damiani

Quanto ao gráfico acima, podemos destacar duas coisas. Desagregando os dados de domicílios unipessoais por sexo só que agora por município, o valor encontrado para Balneário Camboriú, referente à responsabilidade feminina pelo domicílio (11,59%) é quase o dobro da encontrada para o Estado (6,03%). Outro resultado que chamou atenção foi o fato de que Balneário Camboriú apresentou um expressivo percentual de responsáveis num grupo de idade mais novo; mais de 2% dos domicílios com responsáveis mulheres encontram-se na faixa dos 15 a 29 anos, o maior percentual nesta faixa etária dentre todos os 293 municípios de Santa Catarina.

Gráfico 6 – Ranking Unipessoais com responsáveis mulheres 15 a 29 anos, por município – Santa Catarina – 2010.



Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Autor: Diego Fabricio Damiani

Então podemos destacar neste capítulo que no ano de 2010 a maioria das unidades domésticas unipessoais em Santa Catarina era composta por mulheres, superando as unipessoais masculinas em aproximadamente 15 mil unidades. Fazendo uma análise das microrregiões, das 20 divisões de Santa Catarina, encontramos uma maioria feminina nas unidades domésticas unipessoais em 18 delas, exclusive na microrregião de Tijucas e Tabuleiro. Veremos a seguir mais dados referente sexo e idade.

Sexo e Idade

Uma das tarefas mais importantes das ciências sociais do século XXI será observar como as estruturas etárias extremamente diferentes afetarão as relações culturais, econômicas e políticas. (THERBORN, página 450)

Anteriormente se referiu carecer a categoria “pessoa só” nas pesquisas domiciliares de significado sociológico preciso, na medida em que este quesito abrange realidades muito distintas; estudos sobre as etapas que fazem surgir uma família unipessoal exigem a consideração de histórias de vida. Em outras palavras, na fonte de dados para o nosso trabalho, o Censo Demográfico, não se pergunta, ou não é registrado por qual motivo o entrevistado reside só, ou por qual motivo houve a formação daquele arranjo unipessoal. A divisão deste universo por idades, e sempre que necessário, a subdivisão em grupos de idade, de modo a dar realce às principais categorias etárias em que se separam as gerações — jovens, adultos e idosos —, constitui a estratégia analítica aqui adotada para tornar sociologicamente mais perceptíveis tais realidades.

Segundo nos informa a publicação **Sinopse do Censo Demográfico 2010**, “a representação gráfica da estrutura por sexo e idade de determinada

população é obtida através da construção das pirâmides etárias”. (página, 53). Esta representação permite, entre outras coisas, identificar o padrão etário de determinada população - se mais jovem ou mais envelhecido, por exemplo. (Sinopse, 2011).

Tabela 3 – População residente (percentual) por grupos de idade – 1991/2010 – Santa Catarina

Grupos de idade	Ano			Variação
	1991	2000	2010	
0 a 4 anos	11,05	8,88	6,51	-4,54
5 a 9 anos	11,26	9,48	6,99	-4,27
10 a 14 anos	10,79	9,83	8,32	-2,47
15 a 19 anos	9,84	10	8,73	-1,11
20 a 24 anos	9,57	8,93	9,05	-0,52
25 a 29 anos	9,55	8,24	9,07	-0,48
30 a 34 anos	8,28	8,32	8,18	-0,1
35 a 39 anos	6,89	8,17	7,53	0,64
40 a 44 anos	5,58	6,84	7,43	1,85
45 a 49 anos	4,18	5,62	7,07	2,89
50 a 54 anos	3,41	4,39	5,85	2,44
55 a 59 anos	2,83	3,26	4,78	1,95
60 a 64 anos	2,39	2,64	3,58	1,19
65 anos ou mais	3,75	5,39	6,91	3,16

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010. Autor: Diego Fabricio Damiani

Na tabela 3, percebemos uma queda no período analisado da população na faixa etária de 0 a 34 anos. A maior queda verificada foi no grupo 0 a 4 anos, seguida pelo grupo seguinte (5 a 9 anos). No outro extremo, a população de 65 anos ou mais foi aquela que ganhou maior incremento da participação no conjunto da população em Santa Catarina de 1991 a 2010, seguida pelo grupo de 45 a 49 anos.

Para o Brasil, “a análise da distribuição da população por grupos de idade ilustra a tendência de envelhecimento da estrutura etária, que é reflexo, principalmente, da diminuição das taxas de fecundidade.” (IBGE, 2012, página 24). O comportamento observado em nível nacional se repetiu em Santa Catarina, isto é, o aumento da idade média da população como consequência do envelhecimento da estrutura etária. Segundo o IBGE (2012), o maior

aumento na idade média da população, entre 1991 e 2010, encontrou-se na área rural da Região Sul: “Em 2010, a área rural do Estado do Rio Grande do Sul foi a que apresentou a maior idade média da população, 37,2 anos.” (página 51). Em 2010, a idade média da população brasileira foi de 32,1 anos. Em Santa Catarina, a idade média da população em 1991 era de 26,7 anos, atingindo em 2010 a média de 32,9 anos; uma variação no período de 6,2 anos. A estrutura etária da população de Santa Catarina está pouco acima da média nacional. (IBGE, 2012)

Segundo recente publicação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2011, a comparação entre as pirâmides etárias de 2009 e de 2011, no Brasil, “mostra que houve uma redução da participação dos grupos de idade inferiores a 30 anos na população total e um aumento dos grupos acima dessa idade, refletindo a tendência de envelhecimento da população brasileira.” (página 47); Santa Catarina se enquadra perfeitamente nessa análise (tabela 3), ainda, Santa Catarina foi a Unidade da Federação que apresentou o maior percentual de pessoas nos grupos de idade entre 45 a 59 anos em sua composição no Brasil.

Segundo o Comunicado número 157 do IPEA (2012):

O envelhecimento populacional significa uma alteração na proporção da população dos diversos grupos etários no total da população. Por exemplo, **em 1940 a população idosa representava 4,1% da população total brasileira, e passou a representar 12,1% em 2011.** O contingente, em valores absolutos, aumentou de 1,7 milhão para cerca de 23,5 milhões no mesmo período. Por outro lado, diminuiu a proporção da população jovem. A população menor de 20 anos passou a apresentar uma diminuição no seu contingente em termos absolutos e relativos. Esta tendência acentuar-se-á nas próximas décadas (**grifo meu**, página 03)

A última PNAD (2011) confirmou a tendência demográfica em curso no país desde os anos 1970: desaceleração no ritmo de crescimento da sua população e mudanças na estrutura etária, no sentido de seu envelhecimento. (IPEA, 2012).

Sob o ponto de vista demográfico, o envelhecimento populacional é o resultado da manutenção, por um período de tempo razoavelmente longo, de taxas de crescimento da população idosa superiores às da população mais jovem. Além do envelhecimento da população total, a população idosa também envelheceu, em outras palavras, a proporção da população “mais idosa”, de 80 anos ou mais, está aumentando também, alterando a composição etária no próprio grupo. (página 07)

O processo do envelhecimento é muito mais amplo do que uma modificação de pesos de uma determinada população, dado que altera a vida dos indivíduos, as estruturas familiares, a sociedade, etc. Problemas econômicos podem surgir à medida que o número de idosos que entram na aposentadoria começam a superar o número de jovens que entram no mercado de trabalho. A longo prazo, isso poderá gerar uma série de problemas sociais, de menos gente para carregar o fardo das pensões e dos cuidados, de agravamento dos custos do envelhecimento e da diminuição da influência político-econômica dos países afetados, pois a redução e o envelhecimento das populações as tornam vulneráveis não apenas nos jogos de poder, mas também na sustentabilidade de seu bem-estar econômico e de suas preferências culturais. (Theborn, 2006)

O IPEA aponta que devido esta situação de envelhecimento da estrutura etária da população, em termos de políticas públicas, pode-se esperar um aumento na demanda por cuidados de longa duração e por serviços de saúde, além dos pagamentos de benefícios previdenciários e assistenciais por um período de tempo mais longo. Por isso, suas consequências tem sido, em geral, vistas com preocupações por acarretarem pressões para transferência de recursos na sociedade, colocando desafios para o Estado, o mercado e as famílias (IPEA, 2012).

Segundo notícia da BBC¹¹, no Brasil, a previsão é que o número de idosos triplique até 2050 – passando de 21 milhões para 64 milhões. Por essas previsões, a proporção de pessoas mais velhas no total da população brasileira passaria de 10%, em 2012, para 29%, em 2050. Um relatório de uma agência ligada à ONU afirmou que nos próximos dez anos, o número de pessoas com mais de 60 anos no planeta vai aumentar em quase 200 milhões, superando a marca de um bilhão de pessoas. O relatório faz alerta para alguns riscos econômicos do envelhecimento da população: "Se não forem tomados os

¹¹ http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/10/121001_populacao_idosa_dg.shtml
<Acesso em de Outubro, 2012>

devidos cuidados, as consequências destes temas provavelmente surpreenderão países despreparados", afirma o documento.

Importou aqui abordar brevemente sobre o envelhecimento da população, pois conforme vimos anteriormente, este é um dos fatores apontados pelos pesquisadores do tema como um dos responsáveis pelo crescimento das unidades domésticas unipessoais: "o processo de envelhecimento da população terá um impacto grande sobre o crescimento do percentual de pessoas que moram sozinhas, com impactos no padrão de consumo e na demanda por habitação". (Alves e Oliveira 2008, página 2)

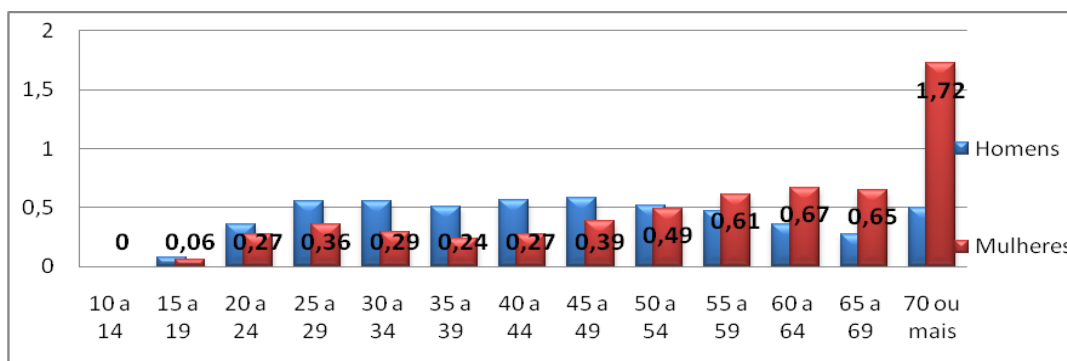
Quando separamos os domicílios unipessoais com responsáveis mulheres (6,03%) por faixa etária no Estado, verificamos que 2,37% estão sob responsabilidade do grupo dos 65 anos ou mais; isto representa que quase 40% das unipessoais de mulheres são de responsabilidade de uma população idosa; são pouco mais de 47 mil domicílios nesta situação no total de 120 mil. Agora, se analisarmos o grupo de unipessoais compostos por mulheres acima dos 60 anos, teremos incríveis 3,07%, isto é mais da metade do total das unidades domésticas unipessoais formadas por mulheres (6,03%). As mulheres no grupo dos 70 anos ou mais são a maioria: 1,72%.

Quanto aos homens, do total de 106 mil domicílios unipessoais identificados sob suas responsabilidades, verificamos pouco mais de 15 mil domicílios (0,77%) compostos pelo grupo etário de 65 anos ou mais. Isto é aproximadamente 15% do total dos unipessoais masculinos, bem diferente das mulheres que para o mesmo grupo de 65 anos ou mais representou 40%, conforme citado anteriormente. Para os homens, o maior percentual dos domicílios unipessoais tem responsáveis no grupo dos 45 aos 49 anos: 0,58%.

No gráfico abaixo (gráfico 7), podemos observar que a proporção de domicílios habitados por homens do grupo 15 até 54 anos, supera o das mulheres deste mesmo grupo etário, no entanto, no grupo posterior, a partir dos 55 anos em diante, percebemos a inversão; foi identificado um número maior de domicílios sob responsabilidade das mulheres. Podemos perceber que para os homens a maior concentração de domicílios unipessoais ocorre

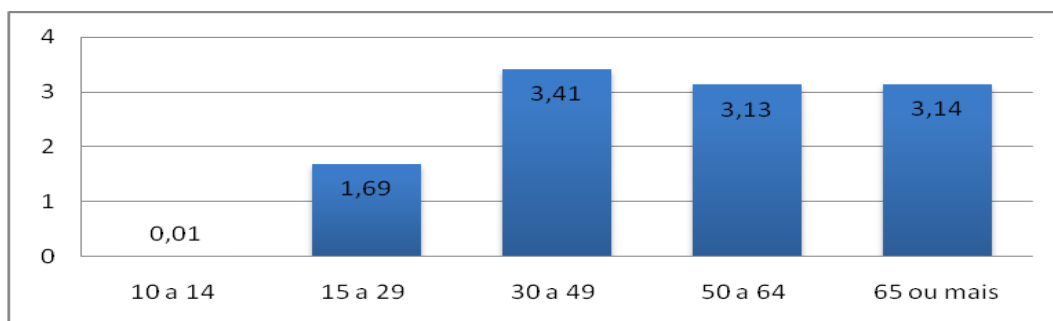
em um grupo de idade mais novo, dos 25 aos 59 anos; ainda, percebe-se uma distribuição quase homogênea do percentual de unidades para os homens entre estas idades.

Gráfico 7 – Domicílios unipessoais (percentual) por grupos de idade e sexo do responsável – Santa Catarina - 2010



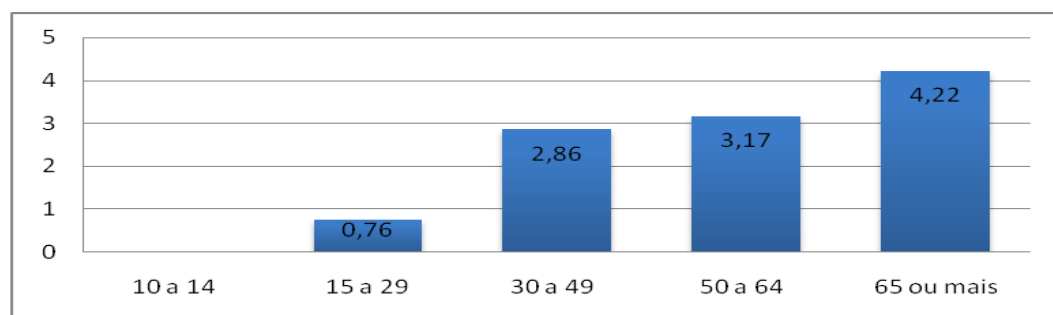
Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010. Autor Diego Fabricio Damiani

Gráfico 8 – Unipessoais (percentual) por grupos de idade – Santa Catarina 2010.



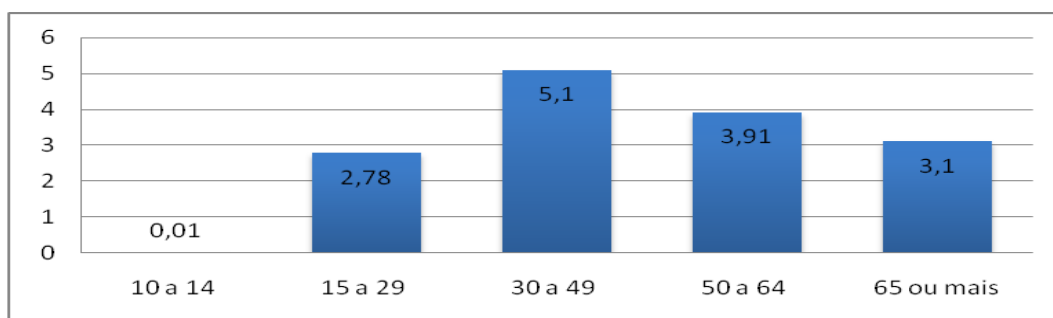
Fonte: IBGE - Censo demográfico 2010

Gráfico 9 – Unipessoais (percentual) por grupos de idade – Microrregião do Tabuleiro - 2010.



Fonte: IBGE - Censo demográfico 2010

Gráfico 10 – Unipessoais (percentual) por grupos de idade – Microrregião de Florianópolis - 2010.



Fonte: IBGE - Censo demográfico 2010

O Estado de Santa Catarina está dividido em seis mesorregiões geográficas e vinte microrregiões. Não nos ocuparemos neste momento em analisar o quesito sexo e idade de todas as microrregiões e sim destacaremos algumas que chamaram atenção durante o processo de elaboração das tabelas deste capítulo, tal como vem sendo realizado ao longo do trabalho até o momento.

A microrregião do Tabuleiro (gráfico 9) chamou atenção por apresentar uma estrutura de unidades unipessoais bem envelhecida, devida à grande quantidade de unipessoais compostos por idosos e poucos jovens (15-29). Dentre as 20 microrregiões geográficas do Estado, a Tabuleiro apresentou a maior composição de unipessoais formadas pela população acima dos 65 anos (4,2%), mais de 1% superior a média do Estado.

Quanto a microrregião de Florianópolis (gráfico 10), chama atenção o esmagador percentual de unipessoais no grupo de 30 a 49 anos. Certamente esta microrregião fez alavancar a composição deste grupo etário para o nível de Estado. Enquanto a média de unipessoais no grupo etário 30-49 nas microrregiões do Estado foi de 2,90%, a microrregião de Florianópolis apresentou mais de 5% de unidades domésticas unipessoais formadas por pessoas deste grupo, fazendo com isso o percentual subir para os 3,4% desta faixa etária no conjunto do Estado.

Tabela 5 – Número de Unipessoais (relativo e absoluto) por grupos de idade 1991/2010 – Santa Catarina

Grupos de	1991	2000	2010
-----------	------	------	------

idade	Domicílios particulares permanentes (Unidades)	Domicílios particulares permanentes (Percentual)	Domicílios particulares permanentes (Unidades)	Domicílios particulares permanentes (Percentual)	Domicílios particulares permanentes (Unidades)	Domicílios particulares permanentes (Percentual)
10 a 14	21	0	30	0	101	0,01
15 a 29	9.062	0,75	17.932	1,13	33.583	1,69
30 a 49	13.857	1,15	34.633	2,18	67.804	3,41
50 a 64	11.979	0,99	27.712	1,74	62.308	3,13
65 ou mais	18.815	1,56	34.289	2,17	62.538	3,14

Autor: Diego Fabricio Damiani

Exclusiva a categoria 10 a 14 anos¹², a categoria dos que vivem sozinhos com 15 a 29 anos de idade é a menos representada no universo das unidades domésticas unipessoais em Santa Catarina, ficando aquém dos 2% do total de pessoas sós. Até os 29 anos é a faixa etária que, em moldes gerais, pode ser considerada como correspondendo à transição para a fase adulta. (Gomes, 2003). Neste grupo “os jovens tendem aí a permanecer com a família de origem até idades mais ou menos tardias” (Cavalli e Galland, 1995; Cavalli, 1997; Roquero, 1997 apud GOMES 2003, página 03), saindo **maioritariamente** de casa dos pais para viverem em conjugalidade. A comparação com os dados do censo de 1991 mostra ter havido crescimento nas unipessoais para este grupo, sintoma de que os processos de individualização se vão gradualmente afirmando, e que a saída da casa de alguns jovens pode não passar, pelo menos num primeiro momento, pelo casamento (Gomes, 2003), por exemplo.

A maior variação positiva daqueles que residem sozinhos no período analisado deu-se no grupo 30-49 anos, são aqueles que Gomes (2003) classificou como “adultos jovens”, idades em que se tendem a consolidar inserções profissionais, situações familiares e estilos de vida.

Conforme mencionado anteriormente, não houve (até a data deste trabalho), disponibilização por parte do IBGE dos dados “unipessoais X nível de instrução” no sistema de recuperação automática de dados (SIDRA).

¹² A população 0 a 14 anos não será aqui, neste momento, objeto de análise porque, dada a pequena expressão das pessoas sós neste grupo, não corresponde a valores estatisticamente analisáveis.

Poderíamos utilizar os dados disponíveis de “nível de instrução X idade X sexo” para o conjunto total da população de Santa Catarina e suas microrregiões, mas creio que realizar a inferência deste resultado para dar conta de sabermos o nível de instrução daqueles que vivem só pode comprometer o trabalho. Deste modo, neste momento, não precisamos informar se é superior, igual ou inferior o nível de instrução daqueles que moram sozinhos do restante da população. Podemos repassar as informações do próprio IBGE (2012) para nível Brasil:

O nível de instrução é uma variável importante na configuração do perfil das unidades domésticas unipessoais, especialmente, quando a análise leva em conta o sexo dos responsáveis. O nível geral de escolaridade não é satisfatório, na medida em que mais da metade dos indivíduos que viviam em unidades domésticas unipessoais não tinham instrução ou fundamental incompleto. Por outro lado, as mulheres que viviam sozinhas apresentaram um nível de instrução melhor do que dos homens, com 16% delas com superior completo (página 88)

Bem provável que esta análise citada acima foi realizada observando o conjunto total de homens e mulheres que residem só sem a distinção de idade. Observamos que há um grande número de pessoas com mais de 55 anos residindo sozinhas, no geral esta população apresenta fracos níveis de escolaridade, são pouco inseridas profissionalmente no mercado de trabalho, com o estatuto de pensionistas. Por este motivo, acreditamos que, desagregando o nível de instrução por idade, outros resultados, pouco diferentes do citado acima, quanto ao nível de instrução daqueles que residem sozinhas, apareceria.

Em outra análise, Gomes (2003) nos informa:

Estando em consonância com os resultados de muitos outros estudos sobre a escolarização de homens e mulheres jovens que vivem sozinhos, os dados parecem evidenciar ser a escolaridade prolongada potencializadora de estilos de vida alternativos e inovadores, particularmente para o sexo feminino, mas também muito claramente para o sexo masculino. (página, 38)

O autor prossegue informando que a condição perante a atividade econômica configura-se igualmente como um fator determinante da maior ou menor individualização residencial dos jovens:

A grande maioria dos que vivem sozinhos exerce atividade profissional, o que vem reafirmar a importância de ter um emprego para prover os recursos necessários à manutenção de uma vida

independente [...] É no grupo etário dos 18 aos 24 anos que o volume de estudantes é mais considerável, enquanto a maioria dos jovens sós dos 25 aos 29 anos estão concentrados no exercício de uma atividade profissional. (página 38)

Podemos inferir segundo informações do autor que os jovens sós têm em geral uma presença mais acentuada no mercado de trabalho.

Novamente, não houve a disponibilização de dados “Unipessoais X estado civil” para outros níveis territoriais, somente para Brasil. O que podemos é repassar os resultados para Brasil e agregar os dados recentes das Estatísticas do Registro Civil 2011 para Santa Catarina.

A análise dos dados sobre o estado civil dos que vivem sós mostra, para nível Brasil, que entre as mulheres, cerca de 40% são viúvas, enquanto entre os homens o estado de viuvez está presente em apenas 10% dos responsáveis, sendo a maioria deles solteiros.

Elaborando uma tabela com os dados da pesquisa para Santa Catarina para o ano de 2010, verificamos que em uma média 63% das dissoluções conjugais ocorrem no grupo entre os “jovens adultos” (30 e 49 anos), número equivalente para homens e mulheres nesta faixa.

Importante informar e ressaltar, em se tratando de unidades domésticas unipessoais, que a esmagadora maioria da responsabilidade pela guarda dos filhos menores de idade, nas separações judiciais concedidas em 1ª instância foi concedida para as mulheres em 2010 em Santa Catarina, ao redor de 87%, contra 6% para o marido, 5% para ambos e 1% entre outros. Porém, a publicação nos informa que deve ser destacado o crescimento do compartilhamento da guarda dos filhos menores entre os cônjuges: “de 2005 para 2010, houve elevação no percentual deste tipo de característica dos divórcios.” (página 46).

Deste modo, provavelmente os unipessoais desta faixa etária inclui, também, mais homens com casamentos dissolvidos sem filho.

Tabela 6 – Separações judiciais concedidas em 1ª instância, por grupos de idade do marido e da mulher 2011 – Santa Catarina

Grupos de idade na data da sentença	Sexo
-------------------------------------	------

	Homem	Mulher
Menos de 20 anos	-	0,5
20 a 24 anos	1,85	5,38
25 a 29 anos	8,4	11,93
30 a 34 anos	14,79	16,64
35 a 39 anos	12,77	17,31
40 a 44 anos	17,31	11,26
45 a 49 anos	17,31	18,82
50 a 54 anos	13,78	9,08
55 a 59 anos	7,23	5,21
60 a 64 anos	4,2	2,02
65 a 69 anos	1,01	0,5
70 a 74 anos	0,84	0,84
75 anos ou mais	0,5	0,17
Idade ignorada	-	0,34

Fonte: IBGE - Estatísticas do Registro Civil 2011

O IBGE informa que na análise da série das pesquisas do registro civil, vê-se que a cada época em que ocorreram alterações na legislação sobre divórcios houve elevação do patamar da taxa geral de divórcio.

A elevação da taxa geral de divórcio mostra, para além da questão legal, a consolidação da aceitação do divórcio pela sociedade brasileira, revela a ampliação do acesso e a desburocratização dos serviços de justiça referentes ao assunto. (IBGE, 2011)

O casamento deixou de ser eterno e a idéia arraigada de tempos atrás, de que não era bom para uma criança crescer sem o pai e a mãe juntos, mostrou-se irreal. A visão de que é melhor os filhos conviverem com o pai e a mãe, mas fora de uma relação conflituosa, dá segurança às pessoas para romperem com casamentos que não tenham dado certo. [\(verificar a revista que li isso\)](#)

A competição entre os sexos influenciou os desejos e as decisões de entrar e de sair de uniões conjugais, afetando diretamente o celibato, a idade de entrada em união, o tipo de união conjugal escolhido, sua duração, seu rompimento e início ou não de novas uniões. (Berquó apud NASCIMENTO, 2006, página 21)

Conforme Bauman (2001), em tempos marcados pelo desencajamento, no qual os laços são frágeis e a sociedade deixou de ser sólida e passou a ser líquida:

“Casamentos até que a morte nos separe” estão decididamente fora de moda e se tornaram uma raridade: os parceiros não esperam mais viver muito tempo juntos [...] ecoa a passagem do casamento para o “viver junto” com todas as atitudes disso decorrentes e conseqüências estratégicas, incluindo a suposição da transitoriedade

da coabitação e da possibilidade de que a associação seja rompida a qualquer momento e por qualquer razão. (página 169; 172)

Segundo Giddens (1991) nas relações de intimidade do tipo moderno, a possibilidade de rompimento está sempre mais ou menos presente. Os laços pessoais e de intimidades podem ser rompidos e podem voltar à esfera dos contatos impessoais; “relações íntimas podem ser mantidas à distância e laços pessoais são continuamente atados com outrora que nos eram desconhecidos”. (GIDDENS, página 127).

Este panorama descrito por Bauman e Giddens é bem diferente daquele traçado por Lima Barreto no livro **Triste Fim de Policarpo Quaresma** (1915), quando descreve a situação da personagem Ismênia, que vive na época do início da República no Brasil, século 19, e que retrata a posição e o comportamento das mulheres daquela época:

Desde menina, ouvia a mamãe dizer: “Aprenda a fazer isso, porque quando você casar...”

A todo instante e a toda hora, lá vinha aquele – “porque quando você se casar...” – e a menina foi se convencendo de que toda a existência só tendia para o casamento.

Casar-se se lhe representou coisa importante, uma espécie de dever, que não casar, ficar solteira, tia, parecia-lhe um crime, uma vergonha.

De resto, não era só dentro de sua família que ela encontrava aquela preocupação. No colégio, na rua, em casa das famílias conhecidas, só se falava em casar. “Sabe, Dona Maricota, a Lili casou-se; não fez grande negócio, pois parece que o noivo não é lá grande cousa”; ou então: “A Zezé está doida para arranjar casamento, mas é tão feia , meu Deus!”...

(Página 38) **ótimo!!!**

Este trecho acima vai ao encontro do que nos informa Giddens (2000) sobre o casamento na época da Europa Medieval que não tinha o amor como fundamento e a família, os filhos, eram muito mais uma unidade econômica; o casamento era semelhante a um estado da natureza e “tanto para os homens como para as mulheres era definido como uma fase da vida, uma experiência pela qual a maioria deveria passar. Quem permanecia fora dele era olhado com escárnio, em especial as solteiras.” (página 63). Por fim, afirma que “a função econômica da família perdeu importância e o amor, ou o amor mais a atração sexual, se tornou a parte fundamental dos laços do matrimônio posteriormente.” (página 63)

Goldani (1994) estudando o crescimento dos arranjos unipessoais na década de 1980 apontou que estes representavam, além de outros fatores, uma etapa da desagregação do núcleo conjugal familiar e identificou naquele período:

Uma maior propensão entre divorciados e separados de residirem sozinhos nas idades 30-59 anos, somada ao fenômeno de crescente ruptura matrimonial voluntária (a probabilidade de separação e divórcio mais do que dobrou nos últimos 40 anos). Ou seja, as unidades unipessoais masculinas nestas idades intermediárias estariam predominantemente definidas por separados e divorciados, enquanto para as mulheres pesaria mais a viuvez. (página 12)

Por fim, conclui a autora que o crescimento dos arranjos unipessoais está dado por homens mais jovens solteiros e mulheres mais velhas separadas, além de viúvas.

Berquó e Cavenaghi (1988), em pesquisa sobre os unipessoais na década de 80, verificando as pessoas que residiam sozinhas por estado conjugal, concluíram que no Brasil “entre 15 e os 29 são poucas as mulheres morando sozinhas, pois, ou moram com os pais ou já constituíram sua própria família, casando-se em média aos 22 anos.” (BERQUÓ, página 166). As autoras informam ainda que para os homens, chamou atenção o fato de que até a idade dos 60 anos, os solteiros se constituíram na absoluta maioria dos homens que viviam sozinhos:

Esta predominância de solteiros para os homens e de viúvas para as mulheres encontra paralelo também em alguns países europeus, como é o caso, por exemplo, da Grã-Bretanha, onde 46,8% dos homens sozinhos, em 1985, eram solteiros enquanto 68,4% das mulheres eram viúvas. (página 174)

Para Alves e Barros (2008), estas diferenças de sexo e idade na composição das unidades unipessoais reflete o processo diferenciado da transição para a vida adulta entre homens e mulheres. Em maior proporção, as mulheres jovens tendem a ficar na casa dos pais ou a constituir uma outra moradia via casamento ou o nascimento dos filhos, enquanto uma parcela um pouco maior de homens buscam uma moradia independente. Contudo este padrão tem começado a mudar, pois a percentagem de mulheres morando sozinhas tem crescido nas idades mais jovens e a dos homens tem crescido nas idades mais avançadas.

Aprofundando mais esta questão da idade, O Censo Demográfico 2010 inovou ao introduzir no conjunto do universo (no Censo de 1980 foi indagado no da Amostra) a investigação sobre a ocorrência de óbitos de pessoas que haviam residido com moradores do domicílio. Em 2010, a pergunta teve como objetivo permitir a comparação com as informações oriundas da pesquisa Estatísticas do Registro Civil, do IBGE, e do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, do Ministério da Saúde, e para contribuir na construção de tábuas de mortalidade desagregadas por situação do domicílio, entre outras variáveis de natureza demográfica e socioeconômica (IBGE, 2011). Esta informação referente ao número de óbitos permite afirmar que grande parte deste universo de responsáveis idosos é constituída por viúvas.

Segundo Alonso (2006): “A elevada parcela de mulheres idosas como responsáveis pelos domicílios unipessoais pode ser explicada, dentre outros fatores, pela viuvez, condição esta que atinge proporções bem mais elevadas entre as mulheres do que entre os homens.” (página 04)

Tabela 8 – Óbitos de pessoas que haviam residido com moradores dos domicílios particulares, ocorridos de agosto de 2009 a julho de 2010, por sexo e grupo de idade da pessoa falecida – Santa Catarina.

Grupos de idade da pessoa falecida	Sexo da pessoa falecida			Participação relativa	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1 a 4 anos	0,51	0,31	0,2	61%	39%
5 a 9 anos	0,36	0,23	0,13	64%	36%
10 a 14 anos	0,52	0,31	0,2	60%	38%
15 a 19 anos	1,74	1,37	0,37	79%	21%
20 a 24 anos	2,56	1,99	0,56	78%	22%
25 a 29 anos	2,32	1,67	0,65	72%	28%
30 a 34 anos	2,36	1,69	0,67	72%	28%
35 a 39 anos	2,86	1,89	0,97	66%	34%
40 a 44 anos	3,79	2,5	1,29	66%	34%
45 a 49 anos	5,16	3,36	1,8	65%	35%
50 a 54 anos	6,28	3,99	2,29	64%	36%
55 a 59 anos	7,16	4,49	2,67	63%	37%
60 a 64 anos	8,13	4,96	3,16	61%	39%
65 a 69 anos	9,04	5,34	3,7	59%	41%
70 a 74 anos	10,09	5,66	4,43	56%	44%
75 a 79 anos	10,67	5,91	4,76	55%	45%
80 a 84 anos	10,46	4,99	5,47	48%	52%

85 a 89 anos	7,47	3,07	4,4	41%	59%
90 a 94 anos	3,85	1,29	2,56	34%	66%
95 a 99 anos	1,39	0,46	0,93	33%	67%
100 anos ou mais	0,44	0,15	0,3	34%	68%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010. Autor Diego Fabricio Damiani

Os dados na tabela acima indicam a mortalidade masculina em todos os grupos de idade apresentados. Esse percentual atinge seu valor máximo no grupo dos 15 aos 19 anos onde expressivos 79% dos óbitos são provenientes da população masculina.

Segundo os dados ainda, é somente no grupo a partir dos 80 anos que o número de óbitos da população feminina supera a masculina, este último decorre do fato de que nestas idades mais avançadas há muito mais mulheres que homens.

Os valores muito elevados de óbitos nos grupos de 15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos de idade podem ser decorrentes de causas externas ou violentas, como homicídios e acidentes de trânsito, que atingem com maior intensidade a população masculina. Alguns estudos e pesquisas nos mostram isto. Segundo a pesquisa Estatísticas do Registro Civil 2009, naquele ano, para o grupo de 20 a 24 anos de idade, foram registrados 27.369 óbitos no Brasil, sendo que 61,3% (16.775) desse total eram de natureza violenta, e 90,2% tiveram como alvo a população de homens. (IBGE, 2011)

Vivendo mais tempo, por exemplo, os percursos biográficos dos indivíduos podem culminar numa vida a sós, se a uma anterior vivência conjugal, suceder a morte do cônjuge e conseqüente situação de viuvez, assim, sem dúvida, o fato de a expectativa de vida das mulheres ser mais elevada que a dos homens tem grande influência nesta constatação de um grande número de idosas residindo só. (Gomes 2003)

A demógrafa Tiza Aidar, na reportagem **Violência reduz número de homens no Brasil**, nos informa:

Historicamente, os homens morrem mais cedo do que as mulheres. O problema é que, nos últimos 20 anos, a violência urbana tem contribuído radicalmente para ampliar a diferença das taxas de mortalidade de homens e mulheres. A grande questão é que essa

taxa não se dá apenas por causas naturais. O exame dos dados pode apontar que as mortes por homicídio também são responsáveis pelo aumento da diferença entre homens e mulheres. O homicídio de jovens está crescendo de forma assustadora em todo país e com a continuação desta guerra urbana, essa disparidade de gênero tende a se ampliar cada vez mais. (página 40)

A reportagem nos informa ainda que estudos do Núcleo de Estudos da Violência da USP, assim como o Sociólogo Sergio Adorno, apontam o narcotráfico e o crime organizado como também responsáveis para o aumento da mortalidade masculina.

Tião mora na Rua Pedro Krauss Sênior, Bairro do Vorstadt, considerado um dos pontos com os piores indicadores sociais de Blumenau. Tião mora com a ex-mulher, de quem é separado há 30 anos. A falta de recursos para comprarem outra casa fez com que permanecessem na mesma moradia, e a convivência é pacífica. Com eles, vive um filho adotivo. **Dos quatro de sangue, só um está vivo.**

– **Morreram de doença e de tiro, como muitos jovens daqui** – explica.

(Diário Catarinense, 2008, **grifo meu**)

Caso essa diferença entre sexo continue crescendo, especialistas acreditam que, em breve, a própria estrutura do casamento poderá sofrer grandes mudanças. A doutora em Antropologia Social, Irene Maria Ferreira Barbosa, acredita que se a razão de sexos continuar aumentando, as mulheres terão de aceitar dividir o marido com outras parceiras fixas; seria uma forma da população feminina minimizar os riscos de não encontrar um cônjuge, explica a antropóloga:

Já existem homens que mantêm mais de um lar simultaneamente e com o consentimento de ambas as parceiras. Isso ainda não é tão comum, mas pode ser que a incidência disso comece a aumentar na sociedade se a diferença entre os gêneros se acentuar. (página 42)

Situação do Domicílio

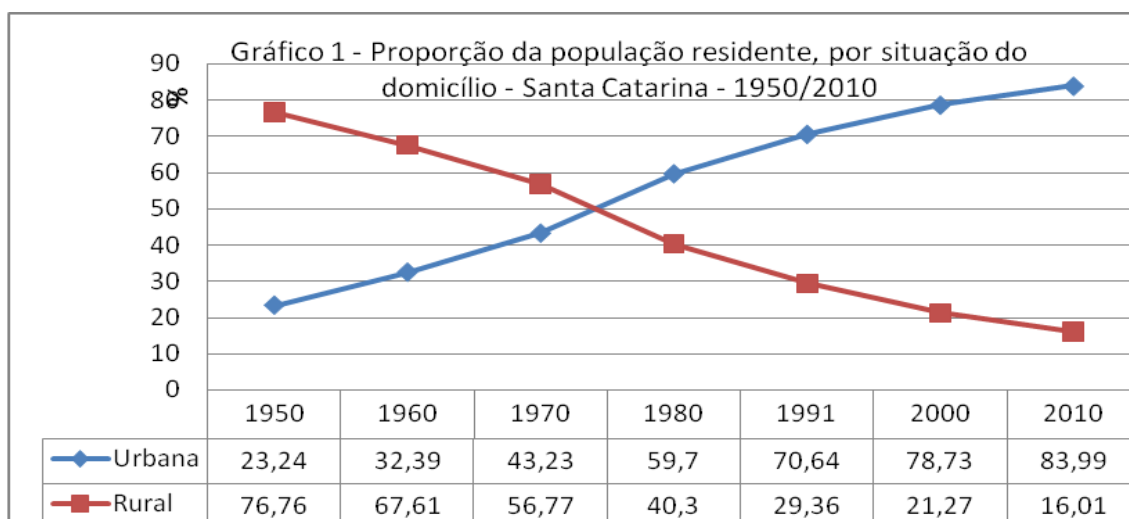
O Censo Demográfico 2010 revelou a continuidade do processo de urbanização no Estado. A população urbana com 5.247.913 habitantes representou 83,99% da população total, enquanto 1.000.523 habitantes residiam em áreas rurais (Gráfico 11). O acréscimo de mais de um milhão de habitantes urbanos resultou no aumento do grau de urbanização, que passou de 78,73%, em 2000, para 83,99%, em 2010. O Estado detinha o menor grau

de urbanização da região Sul na época da pesquisa em 2010, 83%, enquanto Paraná e Rio Grande do Sul estavam na faixa dos 85%. (IBGE, 2011)

Este percentual de mais de 80% da população vivendo em áreas consideradas Urbanas em Santa Catarina é uma tendência verificada para o conjunto da América Latina, conforme recém divulgado na publicação da ONU **Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012: Rumbo a una nueva transición urbana:**

América Latina y el Caribe es una región fundamentalmente urbana, aunque cuenta con grandes espacios poco poblados. Casi el 80% de su población vive actualmente en ciudades, una proporción superior incluso a la del grupo de países más desarrollados, por lo que la región está considerada como la más urbanizada del mundo. (página 11)

Gráfico 11 – Proporção da população residente, por situação do domicílio – 1950/2010 – Santa Catarina



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950/2010.

Em 1950, por exemplo, dos 1.560.502 habitantes recenseados neste ano, 1.197.785 indivíduos residiam em áreas rurais, representando 76% da população total; situação típica de um Estado que tinha sua base econômica voltada para as atividades agrícolas; já o levantamento de 2009 apontou o setor de serviços com participação de 59% no PIB do Estado. (Contas Regionais do Brasil 2005-2009).

Em 1980, o número de habitantes residindo em áreas urbanas (2.201.350) ultrapassa o número de habitantes residindo em áreas rurais (1.486.302) pela primeira vez.

Segundo o autor Speridião Faissol, no livro **O espaço, território, sociedade e desenvolvimento Brasileiro** (1994), o processo de urbanização foi o fenômeno **social??** mais importante entre as décadas de 60 e 80 no Brasil, afetando a economia e o modo de vida de milhões de brasileiros:

O processo de urbanização – sem dúvida o mais dramático e importante problema que os países em desenvolvimento, em geral, estão enfrentando desde o fim da Segunda Guerra Mundial – tem sido pensado como o principal e necessário caminho na direção do desenvolvimento econômico e social, inclusive porque pressupõe a industrialização; em verdade ele tem produzido este desenvolvimento, associado à industrialização, mas envolvendo custos sociais, cuja aceitação e validação se precisa discutir. (página 158)

De fato, a urbanização é um fenômeno que abrange muitos fatores essenciais as nossas vidas: habitação e saneamento básico, transporte, ocupação dos espaços, desigualdades econômicas e sociais nas cidades, etc.

Vale lembrar que o aumento da população urbana ocorre basicamente em consequência de três fatores: do próprio crescimento vegetativo¹³ nas áreas urbanas, da migração com destino urbano e da incorporação de áreas que em censos anteriores eram consideradas rurais. (IBGE, 2000).

A atração migratória do campo para cidade é realizada pela visão de emprego e serviços que se supõe existir nas grandes cidades, mas a localização da massa daqueles imigrantes em busca de uma ocupação remunerada que lhe de outras oportunidades que não tinham no meio rural, no geral, se faz nas periferias urbanas. Outro fator que contribuiu para a urbanização foi a intensa mecanização das áreas agrícolas. (IBGE, 2008)

Segundo nos informa o Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA), sobre o fenômeno da migração:

A migração não é, na maior parte dos casos, uma aventura. Ao contrário, deve ser considerada como deslocamento à procura de

¹³ O crescimento vegetativo é calculo do número de nascimentos menos o número de mortes.

trabalho e renda. Migra-se de uma região para outra – ou internamente às regiões – com a intenção de melhoria das condições pessoais ou da família. Migra-se para atenuar as dificuldades vividas na origem, sejam ligadas ao baixo dinamismo das economias locais ou às vulnerabilidades e carências no sistema de proteção social. (IPEA, 2010, página 16)

Vimos que para o conjunto total do Estado, houve o predomínio das mulheres nos domicílios da espécie unipessoal, ou seja, havia mais mulheres residindo sozinhas do que homens em Santa Catarina em 2010. Contudo, quando desagregamos os dados dos domicílios unipessoais por situação - Urbano e Rural - conforme tabela abaixo, verificamos que este predomínio de mulheres responsáveis pelo domicílio foi um fenômeno da área Urbana.

Tabela 9 – Domicílios unipessoais, segundo sexo do responsável e situação – Santa Catarina - 2010

Situação do domicílio	Sexo da pessoa responsável pelo domicílio	Variável	
		Domicílios particulares permanentes (Unidades)	Domicílios particulares permanentes (Percentual)
Total	Homens	106.110	5,32
	Mulheres	120.224	6,03
Urbana	Homens	89.750	4,5
	Mulheres	110.525	5,55
Rural	Homens	16.360	0,82
	Mulheres	9.699	0,49

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

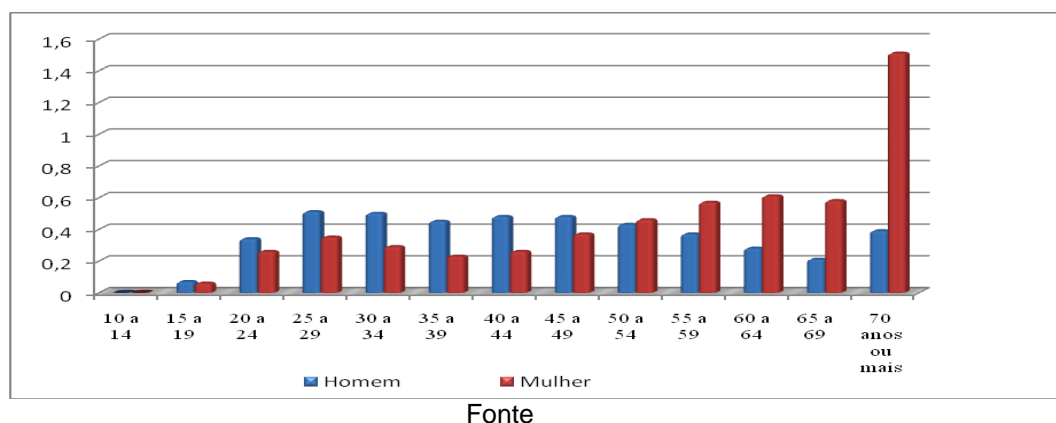
Dos mais de 120 mil domicílios unipessoais sob responsabilidade da mulher, 110.525 unidades estavam localizados na área Urbana, ou seja, pouco mais de 90%, enquanto para os homens, foram identificadas 89.750 unidades de um total de 106 mil, equivalente a 83%. No entanto, quando analisamos a área Rural, os números, claro, se invertem; houve na área Rural o predomínio de domicílios sob responsabilidade dos homens.

A atração exercida pelas áreas urbanas explica-se não só pela natureza da dinâmica econômica mas também pela evolução gradual na busca dos serviços públicos essenciais, como hospitais e educação, além de outros tipos de serviços. No processo de urbanização obtido através da transferência das pessoas residentes

nas áreas rurais, pequenas localidades, para a urbana, a economia urbana subordina e transforma a economia rural, integrando a agricultura às necessidades do mercado urbano. (MAGNOLI; ARAÚJO, 1996, p. 194).

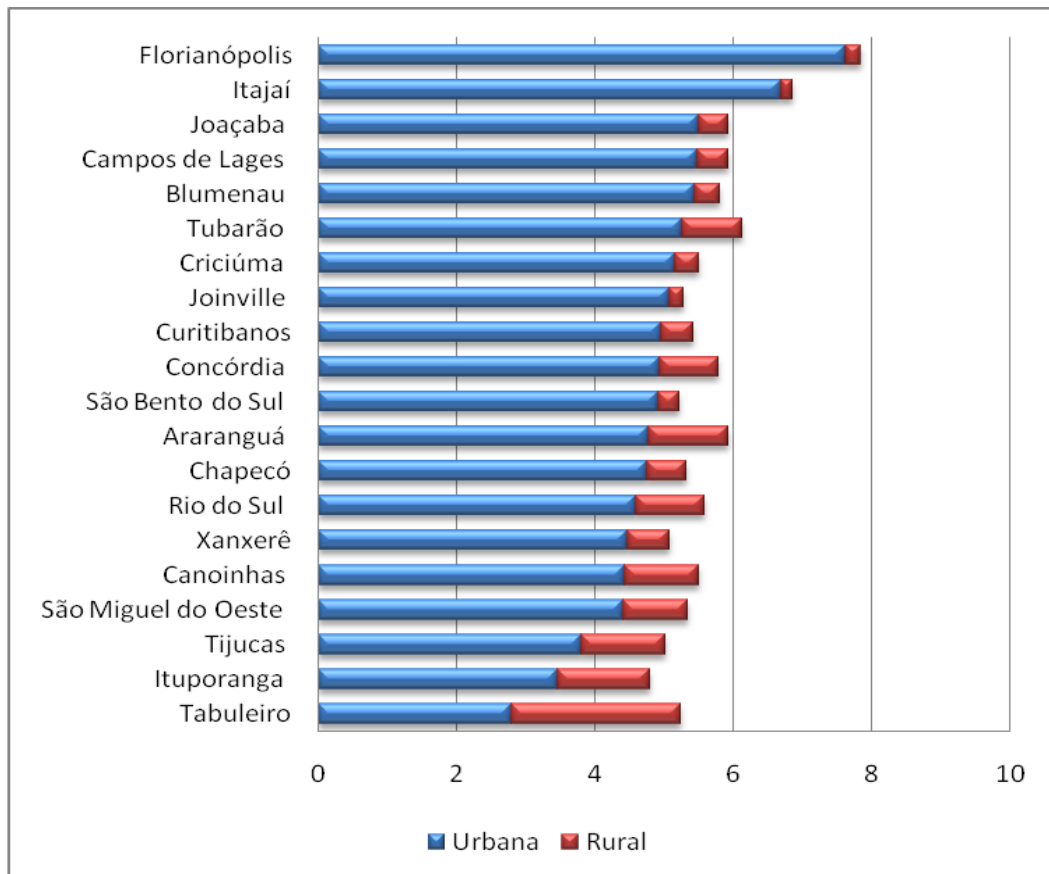
Este maior contingente de população masculina na área rural - dos mais de 1 milhão de habitantes nesta situação, aproximadamente 522 mil eram homens – pode ser explicada “pela seletividade da variável sexo nas correntes emigratórias de áreas rurais com destino urbano e pela natureza específica de determinadas atividades na agropecuária e na extração.” (IBGE 2011, página 49) Na área Rural, em função do tipo de atividade, são os homens que predominantemente permanecem para trabalhar a terra.

Gráfico 12 – Unidades domésticas unipessoais por sexo e situação urbana 2010 – Santa Catarina.



Era esperado que o perfil das unidades domésticas unipessoais localizadas na situação Urbana fosse reproduzir o perfil das unipessoais para o conjunto do Estado, já que Santa Catarina tem grande parte de sua população residindo em situação urbana (mais de 80%), deste modo, temos uma imensa maioria das unipessoais formadas por mulheres nas cidades, iniciando-se a partir dos 55 anos, enquanto para os homens parece ser mais distribuído. Dos 5,55% do total de domicílios formados pelas mulheres no meio urbano, 2,09% estão sob responsabilidade do grupo das idosas. Para os homens do mesmo grupo etário, este número despenca para 0,6%.

Gráfico 13 – Unidades domésticas unipessoais com responsáveis mulheres por situação do domicílio, por microrregião 2010 – Santa Catarina.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Autor: Diego Fabricio Damiani.

Quando desagregamos os dados da situação do domicílio por sexo e grupos de idade por microrregiões geográficas de Santa Catarina, destacamos as seguintes situações em 2010:

- ✓ A microrregião de Florianópolis possui o maior percentual de jovens (15-29 anos) homens e mulheres residindo sozinhos na situação Urbana: 1,53% e 1,17% respectivamente;

- ✓ A microrregião do Tabuleiro possui o maior percentual de jovens (15-29 anos) homens e mulheres residindo na situação rural: 0,29% e 0,05% respectivamente

- ✓ A microrregião de Curitibanos possui o maior percentual de idosos residindo sozinhos na situação urbana: 0,89%

- ✓ A microrregião de Campos de Lages possui o maior percentual de idosas residindo sozinhas na situação urbana: 2,15%

✓ A microrregião do Tabuleiro possui o maior percentual de idosos, homens e mulheres, residindo sozinhos na situação rural: 0,77% e 1,42%.

Vale destacar que a microrregião do Tabuleiro é a que possui o maior percentual de domicílios em área Rural dentre todas as microrregiões do Estado (Tabela 10), este pode ser uns dos motivos que explique a predominância desta microrregião nos resultados das unidades domésticas unipessoais em situação Rural por sexo e idade. Mais de 63% dos domicílios da microrregião do Tabuleiro encontravam-se na situação rural.

Tabela 10 – Total de Domicílios por situação Rural e sexo - 2010 - Santa Catarina

Microrregião Geográfica	Sexo da pessoa responsável pelo domicílio		
	Homens	Mulheres	Total
Tabuleiro	46,21	16,84	63,05
Ituporanga	38,87	7,08	45,95
São Miguel do Oeste	32,54	6,46	39
Canoinhas	24,88	7,64	32,52
Concórdia	26,05	5,69	31,74
Araranguá	22,99	6,62	29,61
Rio do Sul	22,74	6,64	29,38
Xanxerê	24,19	4,89	29,08
Tijucas	17,99	6,98	24,97
Chapecó	20,28	3,92	24,2
Tubarão	14,95	5,47	20,42
Joaçaba	15,42	3	18,42
Curitibanos	15,25	2,95	18,2
Campos de Lages	14,89	2,94	17,83
Criciúma	7,2	2,45	9,65
Blumenau	6,59	2,92	9,51
São Bento do Sul	6,94	1,94	8,88
Joinville	4,74	1,54	6,28
Itajaí	3,47	1,34	4,81
Florianópolis	2,87	1,42	4,29

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2010

Renda

O Censo 2010 revelou que o rendimento nominal mensal domiciliar per capita¹⁴ da maioria dos responsáveis pelos domicílios unipessoais no Estado estava na faixa de mais de 1 a 2 salários mínimos¹⁵; em outras palavras, dos quase 12% de domicílios unipessoais no Estado, 3,60% tinham responsáveis com rendas entre R\$ 1 a 2 salários mínimos na época da pesquisa. (tabela 11)

O rendimento familiar é um parâmetro do bem-estar da família, especialmente na sociedade brasileira onde a oferta de serviços básicos como saúde e educação ainda não são suficientes para garantir um desenvolvimento pleno de seus membros (IBGE apud GOMES).

Nessa medida, a renda familiar *per capita* é um indicador bastante eficaz para caracterizar o perfil socioeconômico das famílias brasileiras.

Tabela 11 – Total de Unipessoais (relativo e absoluto) por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita – 2010 – Santa Catarina

Unidade da Federação	Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita	Variável	
		Domicílios particulares permanentes (Unidades)	Domicílios particulares permanentes (Percentual)
Santa Catarina	Até 1/8 de salário mínimo	351	0,02
	Mais de 1/8 a 1/4 de salário mínimo	801	0,04
	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	2.224	0,11
	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	49.390	2,48
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	71.835	3,6
	Mais de 2 a 3 salários mínimos	31.967	1,6
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	27.270	1,37
	Mais de 5 a 10 salários mínimos	20.871	1,05
	Mais de 10 salários mínimos	9.452	0,47
	Sem rendimento	12.173	0,61
	Sem declaração	-	-

¹⁴ Considerou-se como rendimento nominal mensal domiciliar per capita a divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de moradores do domicílio particular, exclusive aqueles cuja condição no domicílio fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

¹⁵ Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00.

Tabela 12 – Unipessoais por classes de rendimento per capita – 1991/2010 – Santa Catarina.

	Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita	Ano		
		1991	2000	2010
Santa Catarina	Até 1 salário mínimo	1,77	1,73	2,65
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	0,9	1,55	3,6
	Mais de 2 a 3 salários mínimos	0,46	0,97	1,6
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	0,44	1,05	1,37
	Mais de 5 a 10 salários mínimos	0,39	1,07	1,05
	Mais de 10 salários mínimos	0,27	0,81	0,47
	Sem rendimento	0,18	0,41	0,61
	Sem declaração	0,04	-	-

Na análise da série histórica (tabela 12) percebemos que houve incremento das unidades domésticas unipessoais em todas as classes de rendimento pesquisadas, com destaque para aqueles domicílios com renda domiciliar de mais de 1 a 2 salários mínimos. A classe de renda domiciliar que menos variou de 1991 a 2010, foi aquela de mais de 10 salários mínimos.

Quando na análise da responsabilidade por sexo, a maior parte destes domicílios no Estado, seja com responsabilidade masculina ou feminina, também tem rendimentos na faixa de 1 a 2 salários mínimos; 1,96% das mulheres que residem só estavam nesta faixa de renda e para os homens desta mesma faixa foi verificado 1,64%.

Com relação à idade e renda, foi verificado que no grupo etário dos 15 aos 29, 30 a 49 e 50 a 64, a maior concentração de domicílios estava na faixa de rendimentos de 1 a 2 salários mínimos para o conjunto do Estado: 0,66%, 1,07% e 0,87%, respectivamente.

Garcia, Rodarte, Costa (2004) identificaram em seu trabalho sobre as transformações no segmento das famílias, que pela ausência de dependentes,

em média, as pessoas que moram sozinhas gozavam de melhores condições de vida que os integrantes de outros tipos de famílias, por contarem com maior renda disponível. Contribuiu também para este quadro, o fato dessas pessoas estarem concentradas nas faixas de idade mais produtivas, e por isso, no auge das suas vidas profissionais. Também verificaram que nas seis metrópoles pesquisadas por eles, o rendimento das mulheres que moravam sozinhas era inferior ao dos homens que viviam em igual situação.

No entanto, na faixa com população idosa, a maioria destas residências tem como responsáveis uma população com renda mais baixa, na faixa de mais de ½ a 1 salário.

Segundo nos informa Camargos, Rodrigues, Machado (2011), IPEA (2012), reconhece-se que o envelhecimento individual é um processo de perdas e dificuldades físicas, financeiras, mentais, afetivas e sociais intensas, o que traz vulnerabilidades.

Quatro são as políticas mais importantes para a população idosa, conforme nos informa IPEA (2012):

1. Renda para compensar a perda da capacidade laborativa – previdência e assistência social;
2. saúde;
3. cuidados de longa duração e
4. a criação de um entorno favorável - habitação, infraestrutura, acessibilidade, redução de preconceitos etc.

Sem dúvidas, esta população, fragilizada ou não, requer apoio para seguir vivendo os anos que lhe restam, de forma independente ou assistida, com dignidade e bem-estar.

Camargos, Rodrigues, Machado (2011), nos alertam para o para o fato de que:

Ainda se sabe muito pouco sobre os idosos residentes em domicílios unipessoais, da forma como eles enfrentam as dificuldades do dia-a-dia, como procuram e prestam ajuda e quem faz parte de sua rede de suporte. Essas informações, no entanto, estão quase sempre ausentes das bases de dados disponíveis, uma vez que são mais

A quantidade de resultados e tabelas que podem ser criadas quando você tem disponível os quesitos Renda (13 faixas), Microrregião (21 faixas), Idade (15 faixas), Sexo (3 faixas) e Situação do domicílio (3 faixas), são muitas, passam das milhares, por este motivo, destacaremos algumas, assim como tem sido feito até o momento.

Quando desagregamos as unipessoais por microrregiões e renda, temos os seguintes panoramas que podemos destacar:

- ✓ Canoinhas, Curitiba e Campos de Lages foram as que apresentaram um maior percentual de pessoas que residiam sozinhas com rendimento na faixa de até 1 salário mínimo: 4,5%, 4,5% e 4,3%, respectivamente.

Em outras palavras, este dado nos mostra o seguinte, utilizando a microrregião de Canoinhas como exemplo, que do total de 10,9% de pessoas que moram sozinhas nesta microrregião, 4,5% vivem com até 1 salário mínimo. Outra interpretação é que 45% das unipessoais da microrregião de Canoinhas tem renda de até 1 salário mínimo.

- ✓ Florianópolis, Itajaí e Blumenau foram as que apresentaram um maior percentual de pessoas que residiam sozinhas com rendimento na faixa de 02 a 5 salários mínimos: 4,6%, 4,0% e 3,36%, respectivamente.

Em outras palavras, este dado nos mostra o seguinte, utilizando a microrregião de Florianópolis como exemplo, que do total de quase 15% de pessoas que moram sozinhas nesta microrregião, 4,6% tem renda de 02 a 05 salários mínimos. Só para comparação para ficar mais claro, na microrregião de Ituporanga este percentual não chega aos 2%.

- ✓ A análise microrregião X idade X renda, nos mostrou que a microrregião de Curitiba é que possui o maior percentual de

idosos (homens e mulheres) vivendo sozinhos com até 1 salário mínimo: 2%.

- ✓ A microrregião de Campos de Lages possuía o maior percentual de idosas vivendo sozinhas com até 1 salário mínimo de renda: 1,22%

Em outras palavras, utilizando a microrregião de Curitiba como exemplo, do total de 3,64% de idosos nesta microrregião, 2% vive com até 01 salário mínimo. Isto evidencia nessa microrregião que existe uma grande massa de mulheres idosas responsáveis com rendimentos bastante baixos, evidenciando o peso significativo das famílias pobres. Nas microrregiões Florianópolis e Itajaí, a situação do rendimento das mulheres idosas responsáveis pelo domicílio é bem mais favorável.

Percebemos as desigualdades de renda na sociedade catarinense nas diferenças territoriais. Os indicadores de renda em parte da população residente na microrregião de Campos de Lages e Curitiba são menos favoráveis do que aqueles registrados na microrregião do Tabuleiro ou Concórdia, por exemplo.

Conclusão

Ao olharmos uma foto de alguma família atual, poderemos nos deparar com algumas situações que deixariam nossos avós surpresos: aquele que parece ser o pai na verdade é o padrasto e a moça com uma criança no colo não é a mãe, mas uma meia-irmã; ou as três jovens que dividem o mesmo teto são na verdade um casal e uma amiga.

Os domicílios são formados por pessoas morando sozinha, avós ou tios criando netos, casais sem filhos, grupos de amigos que decidem morar junto para dividir um apartamento grande e outras tantas alternativas que citamos ao longo deste trabalho. A família catarinense aparece como uma nova família: com novo formato. A nova família, que anteriormente era definida pela

obrigação ou constituía uma unidade econômica e hoje é definida pelo afeto e pelo amor que, juntamente com a atração sexual, se tornou parte fundamental para os laços do matrimônio (Giddens, 2006), constantemente aparece no cenário nacional, num debate em torno do presente e do futuro da instituição família e do valor da família diante da generalização do individualismo.

Registramos neste trabalho que o fenômeno das pessoas que vivem sozinhas vem se mostrando cada vez mais presente na sociedade catarinense. Tanto os dados das PNAD como os dados censitários apontam essa tendência.

Vimos que morar sozinho depende de uma série de fatores e de eventos que vão se apresentando ao longo da vida do indivíduo; viver só traduz realidades diferentes, reveste-se de significados distintos. Não são os mesmos os processos que presidem à estruturação de uma vida autônoma para um indivíduo jovem, um adulto ou um idoso.

O fenômeno do crescimento dos domicílios unipessoais não se restringe às faixas mais velhas da população, porém, em Santa Catarina, as maiores taxas foram encontradas na população idosa. Morar sozinho pode ser uma alternativa para idosos que lutam para manter sua independência e autonomia ou mesmo inevitável para aqueles que, apesar de se sentirem só ou abandonados, não possuem outras pessoas com as quais possam residir.

Para as mulheres, sem dúvida, a maior expectativa de vida tem um peso significativo na constatação de um número maior delas residindo sozinhas, considerando que aquelas acima dos 60 anos (3%) foram responsáveis por mais da metade do total dos 6,03% de domicílios unipessoais compostos por mulheres em Santa Catarina. Isto quer dizer que o processo de envelhecimento da população terá um impacto grande sobre o crescimento do percentual de pessoas que moram sozinhas e também no padrão de consumo e na demanda por habitação. É de se esperar que haja um crescimento dos domicílios unipessoais no Estado na medida em que se aprofunda a transição demográfica (alterações nas quedas de natalidade e mortalidade) e a estrutura etária da população acompanha a elevação da idade média da população que conforme mostramos em 1991 era de 26,7 anos e em 2010 foi de 32,09 anos.

Verificamos que nas idades mais novas da vida, encontramos uma maioria masculina como responsáveis pelos domicílios unipessoais. Pode-se dizer que a contribuição dos homens para as famílias unipessoais é uniforme por idade, já para as mulheres, lembrando, este número é expressivo nas faixas etárias mais avançadas, a partir dos 60 anos.

Em uma análise sociológica e menos demográfica (se é possível esta separação novamente), a qual esta mostra que o crescimento dos domicílios unipessoais deve-se, entre outros fatores, ao processo de envelhecimento populacional, aquela aponta para um possível processo de individuação e de enfraquecimento da família percebida pelo indivíduo enquanto sendo uma instituição que intervém, que protege ou auxilia nas relações entre indivíduo e sociedade; em outras palavras, a formação das unidades unipessoais reflete a tendência a uma maior individuação das pessoas e um menor reconhecimento da família nuclear patriarcal formada por um casal com filhos, por vezes marcada por fortes desigualdades de gênero, sob a liderança de um chefe mais velho, provedor e por vezes também autoritário.

O habitante das metrópoles nas últimas décadas do século XX parece ter tendido a viver sozinho ou como mostramos no trabalho, a se agrupar em tipos de famílias que diferem da família nuclear. A valorização da autonomia dos indivíduos referente às estruturas sociais é vista por alguns autores como associada à perda de importância da instituição familiar e do que ela tem representado, em termos de coesão, para o grupo de parentesco. Esta possível tendência a residir sozinho, por exemplo, poderia estar correlacionada principalmente às novas opções de vida das pessoas, nas quais os interesses individuais vêm tornando-se prioritários.

Referente à situação do domicílio (urbana e rural) ficou claro que o expressivo número de mulheres residindo sozinhas foi um fenômeno localizado na área Urbana já que 90% das mulheres que residiam sozinhas estavam inseridas nestas áreas, percentual superior ao registrado para os homens que residiam sozinhos na mesma situação (Urbana); em outras palavras, encontramos mais mulheres responsáveis pelos domicílios unipessoais nas

idades, enquanto no campo, ou na situação Rural, encontramos mais homens residindo sozinhos.

Referente à renda destes responsáveis, percebemos que a faixa etária idosa, foi a que detinha os menores rendimentos, indicando e reforçando a situação de vulnerabilidade desta população mais velha. Já a faixa etária dos jovens entre 30-34 anos apresentaram os maiores rendimentos.

Expomos as determinações demográficas e tentamos fornecer um olhar sociológico para compreendermos este fenômeno da formação e ascensão das unidades domésticas unipessoais em Santa Catarina. Falta-nos, contudo, informações disponíveis quanto às pesquisas de nível individual,???? que nos indiquem as motivações para formação destas unidades, estas informações são praticamente inexistentes em nosso meio e iriam prestar contribuição importante neste campo.

Bibliografia!!!!

